

EM TEMPO!

Semanário Nacional • Ano II • Nº 81 • 13 a 19 de setembro de 1979 • Cr\$ 20,00.

PTB em crise. Agora, autênticos
do MDB de olho no PT



A volta de
Miguel Arraes

PT

Página 5

● 300 mil trabalhadores brasileiros em greve

Págs. 8 e 9

● Os profetas da esquerda armada

Contribuição à História da Esquerda Brasileira

Págs. 12 e 13

● Quem concorre e quem vai levar a UNE

Pág. 16



Enio Brauns F.

«projeto legume» e o populismo tecnocrático

Primeiro é preciso começar dizendo que a encenação do governo em torno do "Projeto Legume" do ministro da agricultura envergonha qualquer pessoa minimamente sensível. Querem brincar de que a medida tomada foi resultado direto da sensibilidade presidencial para com as agruras que flagelam o povo? Ora, esse governo se dá tão mal com o populismo como um robô no palanque de um cenário na década de 60!

Isto posto é preciso dizer que além desse aspecto grotescamente populista, — é evidente que o regime espereira para sair da crise política em que está chafurdando. A proposta de fazer baixar os preços através da intervenção da Cobal tem o claro sentido de amortizar o impacto do recrudescimento inflacionário na panela popular e com isso tentar amortecer a coceira reivindicatória da população trabalhadora. Só pode ser piada! Ou será que o povo vai virar coelho — em todos os sentidos — e só comer cenoura, repolho, tomate, batata, cebola e pimentão?

A panela popular faz água por todos os lados. E não será a colcha de retalhos da intervenção estatal que vai resolver o problema. Mesmo porque já se viu que o governo só segura a inflação na base do fajutamento dos índices. E é certo também que nesse aspecto a única classe social capaz de abrir um caminho seguro são os trabalhadores, únicos realmente interessados em ordenar a economia segundo o princípio das necessidades sociais e não das "necessidades" privadas.

E tem mais, o plano em si guarda alguns buracos, isto é, a contenção de preços que logrará dificilmente ir alcançar o teto previsto pelo governo (60%). Simplesmente por duas razões. Primeiro porque ele não pode evitar que sem o intermediário, agora, o feirante almeje maiores lucros, isto é, coma uma fatia do bolo que cabia aos intermediários. Segundo porque os produtores vão barganhar junto ao governo preços mais condizentes do que aqueles que recebiam sob a pressão dos compradores-especuladores! Aliás isto é fatal que ocorra dada a intenção do governo de fazer com que aumente a área cultivada. Outro aspecto tortuoso é seu modo de operar. Quem se beneficiará da compra antecipada? A desconfiança aqui é boa conselheira pois como até hoje, nenhum incentivo, crédito subsidiado e demais doações foram parar nas mãos dos pequenos produtores o mais provável é que novamente sejam os grandes os beneficiados, o que virá jogar água no moído da concentração de capital no campo. Ainda valeria falar do lucro que irá parar nas mãos da Cobal, mas deixa prá lá. Em resumo é esse o "Projeto Legume", mais um retalho estatal através do que esse governo pensa, burra e tecnocráticamente conseguir alguma coisa.

(Francisco Paulo Cipolla)

reajustes semestrais não resolvem nada

O projeto da nova política salarial do governo vem confirmar mais uma vez o estilo das medidas que vêm sendo tomadas pela ditadura frente ao avanço dos movimentos reivindicatórios dos setores populares: muda-se o acessório para manter o essencial. Além de ser mais uma medida tomada sem nenhuma consulta aos verdadeiros interessados no projeto, fica evidente que reajustes semestrais não resolverão o problema da perda do poder aquisitivo do trabalhador com uma inflação que, segundo as próprias previsões governamentais, deverá ultrapassar os 60% esse ano. Mas o ponto mais importante do projeto é que ele garante que seja mantido um aspecto fundamental da política salarial do governo que é a impossibilidade das negociações diretas.

Segundo o projeto, os salários serão reajustados através do índice nacional

desaparecidos na argentina: onde está regina marcondes?

O governo brasileiro evidentemente não tem nada a ver com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos que foi à Argentina investigar o caso dos "desaparecidos" naquele país. Fosse outro o governo, teria muito que ver. Afinal, existem cidadãos brasileiros entre esses 25 mil desaparecidos.

Entre eles, Regina Marcondes, ex-estudante da Faculdade de Filosofia da USP, que saiu do Brasil em 1970, para juntar-se a seu companheiro, então caçado pelos homens da OBAN. Estiveram no Chile, vivendo em Santiago até o golpe militar de 1973. Daí seguiram para Buenos Aires.

Calle Anchorena, Calle Gurruchaja, La Pampa, foram seus endereços, estampados ainda nos envelopes das cartas alegres que nos mandavam. Até o novo golpe militar que voltou a ensanguentar a Argentina. Sairam de casa para escapar às batidas militares que buscavam não só políticos de oposição e sindicalistas mas também exilados, sobretudo do Chile, Uruguai, Bolívia, Brasil. E eles sempre se mantiveram solidários dos movimentos de apoio à resistência chilena contra a ditadura de Pinochet. No dia 8 de abril de 1976 Regina telefonou para a França para nos tranquilizar. Dia 10 ela saiu da casa onde estava para encontrar-se com um amigo que veria um lugar mais seguro para ficar. Nem um nem outro nunca mais voltaram.

Sua mãe, dona Ivete, vive até hoje numa modesta casa no Tatuapé à espera de uma notícia. De um esclarecimento que jamais pode obter dos militares que ocuparam a Argentina. Duas vezes esteve em Buenos Aires. Visitou o apartamento onde viveram Emir e Regine e, entre lágrimas, viu pedaços esfaqueados do que tinham sido suas coisas, os vizinhos mal querendo trocar duas palavras.

Agora o governo argentino tomou uma decisão. Vai chamar pelos jor-



nais cada um dos desaparecidos. Os que não aparecerem serão considerados oficialmente mortos. Assim pretendem enterrar legalmente Regina, como também Luis Carlos Barro, como Sidnei e como tantos argentinos,

uruguayos, bolivianos, chilenos, peruanos.

O que diz disso o governo brasileiro?

Mas — agora falando mais sério — o que fazemos nós? (Eder Sader)

aeroporto mineiro onde ninguém quer

Em sua curta e estardalosa estadia em Belo Horizonte na semana passada, o General Figueiredo assinou um convênio com o Estado no valor aproximado de 8 bilhões e 100 milhões de cruzeiros para a construção de um novo aeroporto internacional na capital mineira. Pois bem: de acordo com o relatório do DER que traça o plano de construção do novo aeroporto, ele será construído em Confins, município de Lagoa Santa — onde se encontram os mais preciosos monumentos arqueológicos do país. Foi exatamente nesta região que o pesquisador dinamarquês Peter Lund,

estudando as inúmeras grutas e lapas subterrâneas ali existentes, descobriu vestígios da presença do homem na região há dez mil anos atrás, bem como de gigantescos animais pré-históricos. Além do enorme valor cultural e científico, a área serve de lazer principalmente para a população de baixa renda que mais freqüenta as grutas e lagoas da região.

A assinatura do convênio, porém, só fez acirrar a campanha para a salvação da área que o Instituto dos Arquitetos do Brasil, o Centro de Conservação da Natureza, o Centro de Pesquisas Geológicas, a Sociedade

Mineira Ornitológica e a Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente vinham desenvolvendo.

Como alternativa, as entidades em um documento minucioso demonstram as vantagens da construção do aeroporto na região de Vianópolis, Betim. E propõe, já que algumas grutas vêm sendo destruídas criminalmente por empresas de cimento interessadas no calcário de Confins, a transformação da área em monumento natural e arqueológico com a criação do Parque Nacional do Vale do Sumidouro.

(Juarez Gulmarães)

a popularidade forçada do general figueiredo

Quem assistiu pela televisão ao espetáculo da visita do General João Batista Figueiredo a Minas Gerais ou leu as notícias nos jornais não teve dúvidas, a festa foi muito bem organizada e parece ter sido um sucesso absoluto.

O «banho de multidão» preparado pelos assessores de Figueiredo funcionou muito bem. O Sindicato dos Motoristas Profissionais colocou seus arquivos à disposição do Palácio da Liberdade e cada motorista recebeu um telegrama que custou aproximadamente Cr\$ 110,00 e o convite para participar da festa em homenagem ao presidente. O repórter da revista "VEJA" procurou saber quem seriam os motoristas que esperaram Figueiredo e constatou que eram profissionais de frota e a "recepção calorosa" havia sido ordenada pelos patrões. Na Praça da Liberdade quem garantiu a plateia e o clima de festa foram os quatro mil escolares "convocados" oficialmente para agitar bandeirinhas e gritar "Figueiredo, Figueiredo!...". As crianças, apesar do protesto dos pais, receberam sanduíches, bandeiras, adesivos e foram colocadas em ônibus requisitados pelo SMT e pelo DER.

Havia muita gente na Praça da Liberdade. Além das crianças e dos funcionários das Secretarias de Estado que lá funcionam, a alameda principal de acesso ao Palácio da Liberdade foi totalmente tomada pelos soldados da Polícia Militar e pelas corporações musicais — as tradicionais bandas de música do interior mineiro — que foram "convidadas" a prestigiar a festa. Algumas pelas prefeituras como as de Ouro Preto, Sabará e Conselheiro Lafaiete. Outras foram "convidadas" pelas empresas, como foi o caso da banda de João Monlevade, cujo patrocínio correu por conta da Belgo-Mineira.

A festa terminou com um grande almoço, participado por 520 prefeitos, e que contou com 522 garçons que serviram linguça, arroz, maionese, salada, farofa, frango e carne de capivara. As chamadas "classes produtoras" de Minas ratearam as despesas do grande repasto que custou Cr\$ 1,6 milhões aos cofres da Associação Comercial, Federação das Indústrias e outras associações patronais. Não faltou mesmo o papel picado lançado do alto dos prédios e que foi fornecido pela Prefeitura.

ibge: fábrica de índices

Como ministro da Fazenda, durante o governo Médici, Delfim Netto desmoralizou completamente a outrora respeitável Fundação Getúlio Vargas que, de repente, passou a ser uma forjadora de índices de inflação e de aumento do custo de vida. Nos computadores da FGV, uma inflação — digamos — de uns 40% podia virar 12% com a maior tranquilidade. E aí de quem duvidasse das contas da Getúlio Vargas, com seus resultados previamente estabelecidos pelo gordinho ministro.

Agora que ninguém mais põe fé em índices que venha daquela instituição, Delfim resolveu desmoralizar também o IBGE, entidade que apesar de não contestar ninguém, também não referendou as fajutices do Delfim. A primeira coisa a fazer, e o ministro fez isso, foi destituir o diretor do IBGE, Isaac Kerstenetzky, e colocar em seu lugar alguém de sua confiança (o que significa que é de desconfiança para nós, né?), que por sinal passou pela Fundação Getúlio Vargas. Jessé de Souza Montello, irmão do escritor Josué Montello.

A família Montello tem, agora, pelo menos dois motivos para desgosto: um membro na Academia Brasileira de Letras e outro assessorando o Delfim, o que é mil vezes pior.

(Rezende Valadares Netto)

sereno



Cadinho &
Paulo Nogueira

partido independente: o discreto apoio à ditadura

Cada vez mais aponta para o fracasso a pretensão do governo de criar um único partido para lhe servir de base de sustentação parlamentar e que fosse majoritário no Congresso. Considerável parcela de arenistas está querendo distância do "Partido do João" e a insistência do Planoalto nas afirmações de que aqueles que não estiverem no "Arenão" podem se considerar na oposição só tem servido para irritar diversos arenistas, que em contrapartida tem ameaçado votar contra o adiamento das eleições municipais do ano que vem, passo fundamental no projeto de abertura do regime.

O deputado Nelson Marchesan, líder da Arena na Câmara, divulgou na semana passada uma pesquisa realizada sob encomenda do Ministro da Justiça, Petrônio Portela. Segundo a pesquisa, 95 de 170 deputados arenistas consultados são favoráveis a que se promova a extinção da Arena e que se dê "plena liberdade de se agruparem como se entenderem. E tem mais. A maioria absoluta dos arenistas é contra o sistema de voto distrital, pilar fundamental da "democracia" em que o general Figueiredo quer transformar este país.

O senador José Sarnei, presidente da Arena, pego de calças curtas com a

divulgação desses dados, saiu correndo atrás de uma pesquisa com arenistas que melhorasse as coisas para o lado do governo. Na última a segunda-feira ele fazia um grande estardalhaço, dizendo que havia comunicado ao general Figueiredo o resultado de sua pesquisa: "a maioria dos arenistas quer que o governo mantenha sua maioria com um só partido para seu suporte político".

Na verdade, parece que o único arenista que Sarnei consultou foi ele próprio. Já no dia seguinte os mais variados grupos de arenistas vociferavam no Congresso, afirmando que ninguém fora consultado. O deputado Rui Bacelar resolveu provar que a pesquisa era uma mentira e consultou os arenistas que estavam no plenário da Câmara na terça-feira. Nenhum deles havia sido pesquisado por Sarnei.

Enquanto isso o senador Jarbas Passarinho, defensor da criação de dois partidos, ironizava: "O 'Arenão' vai acabar ficando muito menor que a Arena".

O sonho de grande parte dos arenistas é mesmo o Partido Independente. Afinal, eles já perceberam que não é fácil enfrentar eleições posando de ama-seca da ditadura. (Sérgio Allii)

incitamentos censurados



Cena cortada do «Actas de Marusia»

A Censura Oficial não tem sido generosa para com a classe operária no cinema. Toda vez que ela aparece, especialmente em filmes de conteúdo político, tome-lhe tesoura. Entretanto, saindo do sufoco e respirando áreas de "aberturas", alguns eufóricos amantes da sétima arte começaram a contentar-se com a fosca luz no fim do túnel, pelo simples fato de poderem ver "o povo" e suas lutas nas telas, através de "1900" (dividido em partes e habilidosamente cortado pela censura), "Vivendo na Corda Bamba" ("Blue Coller", sobre o sindicalismo norte-americano, exibido há poucos meses em São Paulo e também cortado), e agora "Actas de Marusia", do chileno exilado Miguel Littin, acompanhado de "Themroc", do francês Claude Faraldo.

O filme do chileno, particularmente, sofreu bastante com a ação dos censores que, por incrível que pareça, iniciaram-se desta vez de um critério bastante preciso para executar seu trabalho: suprimiram as cenas de tortura e também, convenientemente, as seqüências em que o discurso político aparecia ainda mais objetivo. (E sempre bom lembrar que o diretor Miguel Littin encontra-se exilado no México, combatendo o regime de Pinochet).

Já na pré-estréia, no dia 24 de agosto, a censura interviu na exibição alegando serem necessários alguns "reparos" no seu serviço. Aliás, suas

alegações nem sempre (ou nunca) justificam qualquer de suas ações: o "incitamento às rebeliões latentes com fins excusos" é a justificativa dada para os cortes efetuados em "Actas de Marusia" que, por si só hediondos, pretendem minimizar ou abrandar o apelo político da obra, suprimindo discursos como por exemplo aquele da seqüência final: "Neste dia de 1.907 começo a escrever as 'Actas de Marusia', para deixar um testemu-

nho que sirva à luta de nossos irmãos. Hoje é segunda-feira, e como todos os dias, eles vão trabalhar com método e se organizar para que amanhã a força de todos os trabalhadores seja uma só

— com a consciência e com a razão."

Na verdade, este tipo de supressão, assim como todas as outras, justifica apenas a existência de censores; caso contrário, sintase incitado.

(Sávio de Tarso)

delfim confessa-se impotente diante da inflação

Delfim começa a baixar o topete. Depois de sua entrada triunfalista na pasta do Planejamento balançando a pança e brandindo a varinha mágica para o fim da crise econômica, agora, ele sente o tranco e muda o discurso. Na semana passada simultaneamente o ministro e seu secretário geral, Flávio Pécora, surpreenderam pela declaração categórica de que os preços não baixarão. Ou seja, a inflação não tem perspectivas de declínio, mas sim de continuar em alta, quem sabe de até subir.

Segundo Delfim, tudo isto se deve aos preços do petróleo, cuja alta, para ser absorvida pela economia nacional, requeria a manutenção da onda inflacionista. Do contrário, argumenta Delfim, viria a recessão. Perfeita a lucidez, perfeita a mentira. Pois o raciocínio é verdadeiro, só que a culpa da alta não se deve aos preços do petróleo, mas sim à necessidade de se manter a expansão econômica, vale dizer, o lucro dos patrões. Mas seria esperar demais, que Delfim reconhecesse o fundo de classe dos problemas econômicos. Pelo menos publicamente.

Já o seu parceiro tecnocrata e rival pela Secretaria do Planejamento, Roberto Campos, resolveu estrelar de volta sua tradicional erudição aristocrática. Está se desenvolvendo em Brasília um seminário, patrocinado

pela Universidade Nacional, ao que tudo indica sob uma certa dose de orientação de Roberto Campos. Os intelectuais convidados para o fórum "Alternativas Políticas e Econômicas até o Final do Século" são quase todos ingleses, onde Roberto Campos é o atual embaixador do Brasil. A escola dos participantes, espanta pela sua abrangência, se se tem em conta quem é o embaixador e quem é o capitão reitor da Universidade de Brasília: vários intelectuais claramente de esquerda — Perry Anderson, Coletti etc — estarão presentes ao longo dos debates. Sinal dos tempos: a burguesia hoje se encantou com o tema da crise do marxismo, que virou para ela, símbolo de modernidade.

Por entre declarações de que a abertura brasileira está sendo bem recebida lá fora, apesar do susto que as greves tem causado em áreas "mais sensíveis" do empresariado multinacional, o que no entanto sobra até agora do seminário, é o tom apocalíptico com que estão se dando as discussões sobre as perspectivas para o final do século. E que em meio à crise geral da economia capitalista, a burguesia minimamente erudita não consegue esconder seu futuro. Só que, como sempre, tenta revestir o problema com ares de catástrofe universal e, cinicamente, se deleitar com o aroma da academia.

final do caso aésio: deu em nada

A justiça tarda e falha: esta a moral da história do caso Aésio, o faxineiro de um clube que morreu assassinado nas dependências da polícia carioca há alguns meses. Logo após a morte, Figueiredo veio a público e, num gesto publicitário repudiou o fato mandando que as autoridades apurassem com urgência. Mas qual. Passaram-se meses e somente agora é que o juiz encarregado do caso veio com a sentença final. Não sobre os assassinos, é claro, mas sobre o que já era óbvio para todo mundo: Aésio não suicidou-se; foi enforcado artificialmente, depois de morto sob torturas na delegacia.

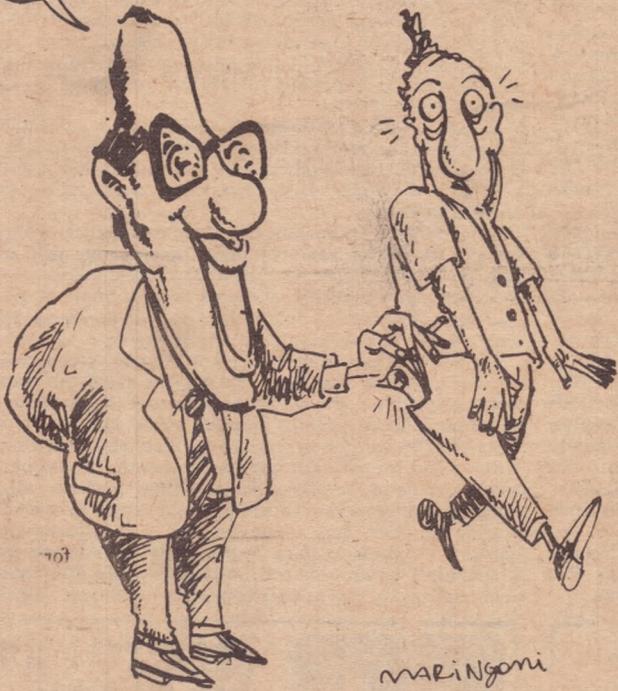
E daí? Os responsáveis? Bem, isto é uma outra estória, que seguramente ainda correrá por anos a fio nos tribunais que se encarregarão desta parte do processo. E no final, como sempre: seguramente nada.

A justiça sabe separar bem as coisas. Reconhece o crime, ainda que com atraso, mas a punição dos responsáveis é um outro processo e um outro ritmo e, como não poderia deixar de ser, outro resultado, seguramente.

Mas, apavorada com o caso, mesmo nestes termos, a polícia já deu o grito. Em São Paulo, onde corre também um caso semelhante, as autoridades policiais em coro repudiaram "a tropa de choque da justiça".

maluf vai procurar petróleo

OPA! OPA!
MAIS UM
POÇO!



universidade falida em minas gerais

"Mais verbas para a educação", "Ensino Público e Gratuito". Agora, mais do que nunca, estas palavras tomam forma, corpo e número passando a se constituir numa das principais bandeiras da comunidade universitária de Minas Gerais. A UFMG, com seus 15 mil estudantes e centenas de professores e funcionários, se vê agora imersa numa violenta crise financeira, ameaçando fechar suas portas ainda este semestre. A FAFICH e a FALE (Filosofia e Letras) foram as primeiras a sentir de forma crônica, a crise financeira: as duas faculdades que em 1978 tiveram despesas - excluído pessoal - em torno de 6,5 milhões de cruzeiros, tinha previsto para 1979 cerca de 10 milhões de gastos, e no entanto, receberam do MEC apenas 6,2 milhões, quantia inferior às despesas do ano passado (e que deixa um déficit de 3,5 milhões). Para se ter uma idéia mais crua da realidade, os 3,5 milhões recebidos pela FALE para todo o ano de 1979, foram consumidos em apenas 1 semestre, e a

faculdade pode se ver às voltas com um trágico "despejo", pois não paga água e luz há mais de 5 meses!

Em meio à turbulência que agita a universidade, os diretores Délcio Vieira (FAFICH) e Eunice Dutra (FALE) passaram à ofensiva, publicando um extenso documento que deixa o nú a suas razões do corte orçamentário e a sua combinação com o projeto de autarquia do Governo.

Constantemente acenado por Eduardo Portela, do MEC. Em suas análises, os diretores vêem a falta de verbas "não como um problema isolado", mas sim como uma política educacional do governo que "tem retirado recursos da educação aumentando mais do que progressivamente os recursos para a segurança nacional" com o governo incentivando a "explosão de faculdades particulares", com rápido enriquecimento dos "donos-de-escola" e conseqüente baixa produção intelectual do país e da queda do nível de ensino".

(Sérgio Aspahan)

o intocável chagas freitas

A Comissão Executiva Nacional do MDB acabou tirando o corpo fora da decisão sobre o pedido de intervenção no Diretório Regional do Rio de Janeiro e de expulsão do governador Chagas Freitas do partido. O pedido foi formulado através de um documento coordenado pelo deputado autêntico Edson Khair e era assinado por mais de cem parlamentares.

Tudo que a Comissão Executiva fez foi considerar que o órgão competente para julgar o pedido é o Conselho de Ética Partidária. Ninguém estava esperando muita coisa da Executiva do MDB, tipicamente moderada e que não cometeria jamais o desvario de por para fora do MDB o senhor Chagas Freitas. Afinal, o homem é dono de 24 dos 26 diretórios regionais do MDB carioca. "Frente de oposições" é isso aí.

(Sérgio Allii)

ELA É BRASILEIRA. ESTÁ PRESA NOS CÁRCERES URUGUAIOS DESDE 1972.

O GOVERNO
BRASILEIRO E
CADA UM
DE NÓS
É RESPONSÁVEL.

LIBERDADE
PARA
FLÁVIA

C.B.A.



Este anúncio será publicado por este jornal até o dia da libertação de Flávia

editorial

A greve no sul:
aprendendo com
as lições do ABC
o caminho da CUT

A intervenção no sindicato dos Bancários de Porto Alegre, seguida da prisão em regime de incomunicabilidade, de perto de 15 dirigentes do movimento grevista que praticamente paralisou os bancos no Rio Grande do Sul, representa, sem dúvida alguma, o aprofundamento da nova política que parece marcar a atuação do governo Lacerda frente aos trabalhadores: a da integração-repressão, isto é, a combinação do anúncio de pequenas concessões - como foi o projeto de reajustes semestrais dos salários, com o emprego crescente de todos os mecanismos de coação, pressão e repressão que dispõe o regime. Vale dizer, seu aparato de segurança totalmente intacto, e o arcabouço jurídico sobre o qual se sustenta a atual estrutura sindical.

Por outro lado, do ponto de vista dos trabalhadores, a greve dos bancários gaúchos revela que eles estão conseguindo aprender - e o que é mais importante, por em prática - os ensinamentos que as recentes mobilizações vem ministrando. Por exemplo, como já prevenia o presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, Olivio Dutra, era mais do que provável que a entidade, uma vez assumida a greve, sofresse a intervenção decretada pelo "colega" Murilo Macedo. Dutra, dizia isso não para desestimular o ânimo dos companheiros que pediam a greve, mas exatamente pra mostrar-lhes que o Sindicato não é um prédio, uma sede, somos nós (ver cobertura na página 7). E a própria continuidade, e mesmo o crescimento da paralisação depois das prisões e da intervenção no sindicato, mostram que Dutra não estava apenas bravafeando, fazendo figura de retórica. De fato, inspirando-se no exemplo do ABC, onde justamente a falta de condições alternativas para continuar com a greve, obrigou os trabalhadores a uma trégua primeiro, e um recuo, sob forma de acordo, depois, ele e seus companheiros de diretoria trataram de formar, desde um primeiro momento, uma comissão permanente de mobilização, composta de cinco membros. E amparada, naturalmente, num amplo trabalho de base e atuação tanto ao nível das agências bancárias, como no Sindicato - o mais combativo o Rio Grande do Sul que proporcionou.

Se para as demais categorias esse tipo de atuação é sempre necessária, o que dizer, então, de um setor que enfrenta patrões poderosos, os banqueiros, que se constituem nos principais beneficiários da política econômica do regime e que conseguiram arrancar dele o decreto 1632, que estabelece as atividades ditas essenciais, para proteger os seus interesses diante do previsível surto de reivindicações que seus empregados desencadeariam, tangidos pela fome, pela miséria, e pelas péssimas condições de vida.

Finalmente, uma vez mais, a greve dos bancários gaúchos colocou na ordem do dia, a criação de uma Central dos Trabalhadores, reclamada, inclusive, nas resoluções do 1º Congresso dos Metalúrgicos de Osasco. A rápida resposta dos sindicalistas mais conhecidos - agrupados na oficiosa Intersindical - e um prova de que a criação da CUT é uma necessidade objetiva dos trabalhadores, se quiserem enfrentar, organizadamente, os patrões e o regime.

Entretanto, essa CUT tem que, já no nascedouro, formar-se sem os velhos vícios do cupulismo e do aparelhismo sindical que caracterizaram as organizações sindicais brasileiras até 1964. Deve surgir e ter o respaldo das bases, integradas na sua organização, única forma de garantir que uma Central Única que se venha a formar realmente represente os interesses da ampla maioria dos trabalhadores, e seus dirigentes sejam, na verdade, os seus mais legítimos líderes.

duda albuquerque
Por uma UNE contra
todas as formas de
exploração e
opressão

Foi formada a corrente socialista do Movimento Estudantil, e lançada a sua chapa para a UNE - a NOVAÇÃO. Não foi sem dificuldades: entre as tendências que a compunham, havia algumas diferenças de programa. A mais importante era com relação ao tratamento a ser dado à palavra de ordem de Assembléia Constituinte, Soberana e Democrática. Algumas das tendências que compõem a NOVAÇÃO (Centelha, Peleia, Convergência) consideram que é fundamental hoje fazer a defesa desta consigna, que ela joga um grande papel na luta contra a tentativa de "auto-reforma" da ditadura militar e na mobilização popular. Outras tendências (Organizando, Resistência, Travessia), embora admitindo que uma Constituinte pode vir a ter um papel positivo, são contrárias a que se faça sua defesa agora. Isso porque julgam que seria uma maneira de pré-determinar artificialmente as formas que assumirá o fim da ditadura, e que terminaria levando água ao moinho do liberalismo burguês.

Apesar desta divergência, o que une os integrantes da "corrente socialista" é de longe mais importante, e justifica sem sombra de dúvida a formação de uma chapa conjunta: a compreensão da necessidade de trazer desde já para o Movimento Estudantil a perspectiva dos trabalhadores, das massas exploradas: o socialismo. E isso não por algum desvio propagandista, mas porque acreditamos que os interesses dos estudantes hoje identificam-se de fato com os dos trabalhadores. Afinal, também seremos assalariados explorados pelo capital depois de formados (se já não somos desde agora nos estágios, etc.), e também sofreremos na Universidade a opressão da sociedade capitalista.

Julgamos um erro grave querer separar hoje a luta contra a ditadura militar da luta contra a exploração capitalista. Os trabalhadores (inclusive os formados em Universidades, como professores, médicos, jornalistas) que fazem greves que são sempre declaradas ilegais, que enfrentam a opressão política, também lutam contra os patrões, e têm uma consciência crescente disso. Desconhecê-lo, propor que recuemos, que participem de uma "frente popular" ou coisa parecida com setores burgueses, e apostar no atraso das massas, é desprestigiar sua combatividade e consciência, é querer rebaixar sua clareza quanto a seus interesses de classe. É propor que os trabalhadores se desarmem politicamente diante de seus inimigos.

É fundamental hoje integrar sem vacilações o movimento pelo Partido dos Trabalhadores. Ele representa tanto o nível de avanço político já conseguido pela classe operária e seus aliados, quanto a possibilidade de vir a se constituir em um instrumento decisivo na luta pela emancipação dos trabalhadores. É isso tudo o que une os que participam da NOVAÇÃO, e que nos separa das outras chapas, que nos impediu de compor com elas.

É esta perspectiva que aprovamos no XXXI Congresso da UNE, quando definimos o ponto da carta de princípios que diz: "A UNE deve lutar contra todas as formas de exploração e de opressão e prestar irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores do mundo inteiro". Uma UNE ao lado dos trabalhadores, integrando o seu movimento. E representa uma ameaça grave contra as conquistas deste Congresso que a NOVAÇÃO seja a única chapa que defende claramente estes princípios. Nenhuma outra inclui este item no seu programa. NOVAÇÃO representa também a recusa às tentativas de conchavos de cúpula que foram derrotados no Congresso. Em resumo, é a única chapa que pode consolidar suas conquistas.

josé álvaro moisés
Não se trata de dizer:
primeiro
democracia para
depois ter partidos.

Os recentes acontecimentos da greve dos bancários, em Porto Alegre, que culminaram com a prisão do líder sindical Olivio Dutra, recolocam no centro da vida política brasileira a questão social. É interessante notar este aspecto em um momento que marca a reatualização dos debates sobre a reformulação partidária.

Sobre este ponto é preciso observar que o novo movimento social que se formou no Brasil, nestes últimos anos, não tem apenas reivindicações de natureza econômica, mas apresenta demandas que se referem, propriamente, à questão da representação política dos trabalhadores. E é neste sentido que devem ser entendidas as propostas do Partido dos Trabalhadores e do Partido Popular.

Aliás, não é possível reatualizar o atual pacto social sem tocar na questão da liberdade partidária. Sem essa liberdade, os principais setores da sociedade não poderão comparecer à cena política em condições de intervir na definição do novo ordenamento jurídico que se pretende dar ao país. E isto é importante, seja do ponto de vista do regime, que deseja controlar os passos das forças populares, seja do ponto de vista das oposições, que já agora adotaram uma política de fechar os olhos diante da força com que esta questão emergiu na sociedade.

Se as forças da oposição e, de modo particular, as forças populares de sejam, efetivamente, intervir na questão da reformulação partidária, como um requisito para aprofundar a democratização substantiva da sociedade, é necessário que se dêem conta dos novos recortes sociais que, em minha opinião, estão claramente indicados pelo espectro das forças que formaram o Encontro de São Bernardo, realizado há alguns meses atrás: são as novas lideranças sindicais, os parlamentares autênticos do MDB, as lideranças dos movimentos populares que se formaram no país nesses últimos anos, com as Oposições Sindicais, e os intelectuais mais combativos. Ou seja, os setores que podem oferecer os contornos de um verdadeiro partido de massas, que, efetivamente, seja capaz de organizar essas formas que, até agora, foram acumulando experiências mas ainda não conseguiram se expressar através de um canal de intervenção institucional e política.

Esta é a tarefa do momento e, neste sentido, a anunciada aliança dos proponentes do PT com os parlamentares autênticos do MDB e certos setores intelectuais que, nestes últimos dez anos, participaram ativamente da luta de resistência democrática, é um passo muito importante.

Esta muito claro, no momento, que, se o regime precisa modernizar as suas feições para continuar dominando, cabe às oposições inverter esta iniciativa do regime, sair do imobilismo em que tem estado até agora e tomar a dianteira em uma proposta que vá às ruas e a todos os setores populares que hoje de algum modo procuram uma solução democrática para a crise política.

É certo que esta crise não se solucionará, simplesmente, com a vontade e com as boas intenções dos que desejarem resolvê-la. Nós vamos chegar ao ponto em que será necessário passar por algum tipo de reordenamento jurídico do pacto social, o que pode significar a reatualização da tese da Assembléia Nacional Constituinte. Entretanto, é preciso ter claro que não existe um passo que necessariamente condicione o outro. Não se trata, portanto, de dizer, por exemplo, "primeiro a democracia, para depois ter partidos", pois é preciso ter claro que, eventualmente, é a organização de novos partidos o requisito para a conquista da Assembléia Nacional Constituinte e para um real aprofundamento do processo de real democratização, que apenas começa a se esboçar no Brasil.

Sexo & Poder
vem aí
Cardernos do
Presente nº 3

Eduardo Albuquerque (Duda) é membro da diretoria do DCE-UFMG e candidato à presidência da UNE, pela chapa NOVAÇÃO



José Álvaro Moisés é sociólogo, professor da PUC de São Paulo e pesquisador do CEDEC-Centro de Estudos e Cultura Contemporânea.



A denúncia da ditadura e da exploração.

Uma completa cobertura operário-sindical do país.

Um verdadeiro time de oposicionistas opinando sobre a conjuntura.

(Lula, Fernando H. Cardoso, Olivio Dutra, Almino Afonso, João Paulo Vasconcelos, entre outros)

A história da esquerda brasileira.

O debate dos grandes temas do marxismo.

São Paulo - Rua Mateus Grassi 57 - Telefone: 280-4759 - 852-6680

Assine
PROMOÇÃO ESPECIAL
POR POUCOS DIAS

EM TEMPO:
um jornal de esquerda
ao lado dos trabalhadores

Nome _____ Profissão _____

Endereço _____ Bairro _____

Cidade _____ Estado _____ CEP _____

Estou enviando o cheque nº _____

Desejo uma assinatura:

ANUAL Cr\$ 600,00 ANUAL US\$ 90,00

do Banco _____

SEMESTRAL Cr\$ 350,00 SEMESTRAL US\$ 50,00

PT: uma legenda apetitosa

Sindicalistas e parlamentares autênticos reúnem-se e firmam «pacto de unidade». Com a frustração do PTB, autênticos jogam firme na legenda do PT. Programa, alianças e métodos, contudo, são as questões chaves.

Por Flávio Andrade

“Os intelectuais de São Paulo estão pondo minhoca na cabeça do Lula”, dizia Brizola pela Rede Globo na semana passada, logo depois de sua chegada ao país. O intuito maior de Brizola era, claramente, com esta afirmação, separar o Lula sindicalista do Lula político, do Lula do PT, e queimar o segundo, até agora na sua dianteira dentro da disputa de uma liderança popular nacional.

Jogo grotesco, é o mínimo que se pode dizer, se bem que nada estranho por parte de Brizola. No entanto, é bem verdade que Brizola se apoiou para esta investida num problema real, que é a indefinição em que está até agora a proposta do Partido dos Trabalhadores. E que reflete uma certa confusão por parte de seus autores. Ou, no mínimo, falta de audácia, o que, cumpre reconhecer, não é de forma alguma a fraqueza do líder do trabalhismo, muito pelo contrário.

De fato, o Partido dos Trabalhadores não passou ainda de uma idéia. Só que é uma idéia extremamente forte. Tanto na cabeça dos sindicalistas e de muitas lideranças das oposições populares, como principalmente, na cabeça das massas. E agora, a grande novidade, forte também junto aos parlamentares autênticos do MDB, que o querem como legenda, depois que presenciaram o fiasco da entrada em cena do trabalhismo e o afundar da legenda PTB, pelo menos como legenda popular.

O problema maior do PT, e que Brizola detectou, é justamente este: não há uma ponte política clara entre a cabeça dos dirigentes sindicais e as das massas. Passados 9 meses do lançamento da idéia, ele ainda é uma mera idéia. É verdade que vários lançamentos mais ou menos massivos foram realizados neste meio tempo e até mesmo algumas nucleações de militantes foram levadas adiante. Mas até agora não há uma tomada de posição clara no plano programático e organizativo, ou seja não há uma moldura partidária que possa canalizar este imenso potencial que a idéia revelou existir na sociedade.

«Minhocas na cabeça do Lula?»

Esta situação propicia um terreno fértil para ataques ou “minhocas”, não dos intelectuais paulistas, por suposto, mas de parlamentares em busca de uma legenda forte junto ao eleitorado. E estes ataques é que em parte estão por trás da paralisia da proposta PT a que nos referimos anteriormente.

A entrevista dada pelo deputado Fernando Lira, do MDB autêntico na semana passada é sintomática. Saído de uma reunião importada entre autênticos e sindicalistas ele afirmava: está firmada a unidade com os sindicalistas do PT

Só que, para o deputado, esta unidade se daria em cima do nome do PT, mas como ele mesmo esclarecia no dia seguinte, com um programa de forma “a unir as oposições populares chegando até os liberais sinceros”. Enfim, os autênticos do MDB parece terem percebido que com o fim da “frente de oposições”, a legenda mais forte no mercado é a do PT. E tratam de se acercar dela. Mas acercar como? E é aí que está a questão central.

A maioria dos autênticos do MDB postula, por detrás da sua intenção de construir um “partido popular”, nada mais nada menos que a volta da política de colaboração de classes, típica do pré-64. Unir o apoio popular forte com a proximidade do poder favorecido pela política privilegiadamente parlamentar. Senão qual o significado da “aliança com os liberais sinceros” do tipo Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Severo Gomes, etc? O primeiro, foi o relator do projeto de lei que a ditadura implantou logo depois do golpe com vistas a reprimir as greves. Os segundos estão claramente no campo dos exploradores, seja nos canaviais do nordeste, seja nas indústrias paulistas, ainda que com muito progressismo e certas contradições com o regime militar.

E a força do PT veio, claramente, do fato de ser a elevação ao plano político, ainda que até agora somente como idéia, do rechaço classista dos trabalhadores à exploração e à opressão capitalistas.

Este assédio parlamentar ao PT pode portanto ser perigoso. É claro que, dadas as limitações da reforma partidária em curso, os riscos de isolamento do PT são grandes. Conseguir uma expressão institucional própria, preservadas suas características classistas essenciais, não é fácil. O que recomendaria não descuidar de ampliações pelo lado parlamentar. Mas - é o reverso - esta ampliação seguramente corre o risco de desvirtuamento, se levada a cabo impulsionada pela sedução institucional; ou seja, pode-se perder o que há de mais precioso na idéia do PT que é a marca da autonomia de classe.

A versão do deputado Fernando Lira sobre a reunião da semana passada, em desdobramento do Encontro de São Bernardo, não é, contudo, a única. O pacto de unidade estabelecido entre o PT e os autênticos é muito mais uma intenção renovada e reforçada do que um pacto propriamente dito. E mais, há também, ainda que em minoria, os autênticos que não se apegam ao colaboracionismo de classe, que não estão fazendo seus cálculos

políticos na reordenação partidária em função dos governos estaduais de 1982, e que poderiam, talvez, ser denominados de autênticos sinceros”.

Os autênticos colaboracionistas querem o PT, mas desde que com seu programa e seus métodos de ação. Querem portanto uma legenda forte, para a reedição do populismo do passado. Contudo a dilema entre a autonomia e o isolamento não pode ser ignorado.

O importante no entanto é saber como desatar o nó. Seguramente que não será sacrificando no altar do parlamento a autonomia de classe do PT. Pelo contrário, será ousando construir já a ponte partidária entre a cabeça dos sindicalistas e as das massas que a proposta se fortalecerá, atraindo os “autênticos sinceros” ainda vacilantes, e neutralizando os colaboracionistas do populismo.

A batalha é dura, e não há garantias de vitória, como de resto não há garantias na luta de classes em geral. E os sindicalistas que se cuidem, pois os colaboracionistas estão bem armados para o assédio à legenda do PT. Argumentos como “o PT de vocês é ‘bolchevique’, com um ‘classismo século XIX’, etc” foram usados e abusados na reunião da semana passada, no ataque à autonomia do PT, pois esta cheira mal e atrapalha as composições que fazem parte do jogo de poder pretendido por certos autênticos.

Enfim, é importante ter claro que na solução do dilema entre a autonomia e o isolamento é a primeira que deve pesar mais. Tanto para se inverter a tradição da política brasileira, cujo peso não deve ser subestimado - como porque, é melhor estar junto aos trabalhadores, nas fábricas, ainda que isolado do parlamento, do que estar nos corredores do poder, mas sem os trabalhadores.



Lula: cotação do PT está em alta.

Corrida partidária na reta final

A frustrada chegada de Brizola. As expectativas com a volta de Arraes. O fim do bipartidarismo de cima pra baixo. A lança erguida por Ulysses Guimarães. E o pandemônio e a rebeldia nas fileiras do governo.

Por Carlos Tibúrcio

Nem a surrada imagem do cometa — que brilha, mas por instantes — pôde ser dedicada ao retorno de Leonel Brizola com o seu pretensamente catalisador projeto de ressuscitar o PTB. A volta do político brasileiro que mais tempo viveu no exílio, devido à grande expectativa criada, acabou se transformando numa grande frustração, particularmente para os mais otimistas cor-religionários do ex-governador do Rio Grande do Sul.

O impacto da recepção minguada, o acirramento das divergências entre petebistas históricos e socialistas, as tensões sociais e políticas agravadas em Porto Alegre com a greve dos bancários, a repressão arbitrária do regime e a presença ativa e em peso da CUT informal de Lula na capital gaúcha) e, sem dúvida, as advertências extra-oficiais do governo ao líder do PTB, levaram o experiente e matreiro recém-retornado a adiar o périplo já programado pelas cidades do interior do Rio Grande com destino a uma entrada triunfal na capital do Estado. Brizola preferiu passar mais uns dez dias meditando e absorvendo o complexo momento conjuntural na tradicional e saudosa São Borja.

Ninguém supnha, contudo, que o desastre da chegada, aliado a declarações grosseiramente desluzantes (“não houve oposição no país durante esses 15 anos”), signifique o arquivamento da liderança de Brizola e do seu PTB social-democrático. Qual gato escaldado, é de se supor que o velho incendiário, agora bombeiro, prá manter a comparação da moda, tenha ainda várias de suas sete vidas.

De todo modo, a grande defasagem entre o ideário trazido por Brizola, que faz discursos na linha da repetição dos direitos do cidadão proclamados pela Revolução Francesa e estabelece prioridades para as crianças e jovens marginalizados, e a busca de autonomia e representação política direta assumida pelos trabalhadores brasileiros ficou patente com o paralelo criado com a



Brizola: no momento, frustrado.

sua chegada em São Borja e as lutas abertas em Porto Alegre. O líder do Partido Trabalhista Brasileiro, é preciso reconhecer, chegou, mas não foi recebido pelos setopres mais avançados e combativos dos trabalhadores do país.

A volta de Miguel Arraes, no dia 16, é bem diversa da de Brizola. O ex-governador de Pernambuco, cauteloso no enfrentamento da questão da manutenção do MDB como “frente das oposições” e da necessidade de os setores operários e populares conquistarem uma representação política própria, guardada, portanto, essa ambiguidade, está bem mais afinado com as oposições mais consequentes do país, trabalhando na linha de empurrar o mais rapidamente possível o regime para o fim.

A proposta, por exemplo, de uma frente extra-partidária contra a ditadura é um sinal evidente de que Arraes já trabalha com a perspectiva de novos partidos, no caso o popular. Existem informações, contudo, que dão conta de que sua concepção de popular está próxima da alternativa do PT. Essas fontes esclarecem, inclusive, que as menções

à participação empresarial (burguesa, portanto) no interior de sua alternativa popular — o que consta da carta do ex-governador divulgada pela imprensa recentemente — teriam sido introduzidas posteriormente no texto do documento por “assessores de confiança no Recife”. Claro que esses “assessores” tiveram o cuidado de consultar Arraes por telefone. Sabe-se, no entanto, que, logo após a chegada, o líder político substituirá sua assessoria.

Rebeldia na Arena

Estreita-se o poder de manobra do regime na questão da reestruturação partidária, sem dúvida essencial para a boa implementação de sua estratégia de abertura controlada. O governo tem todas as condições de extinguir os partidos — uma de cisão já adotada —, mas carece de meios para obrigar os políticos a reconstruí-los dentro do figurino do regime, seja na própria área dos (ex-) incondicionais arenistas.

Numa cartada mais de marcar posição e de aumentar o seu cacife específico, o presidente nacional do MDB, Ulysses Guimarães, ergueu lanças contra a extinção do partido oposicionista, apelando para a solidariedade de deputados de 120 países, que se encontram em Caracas, reunidos na Comissão Interparlamentar. O apelo de Ulysses, a essa altura, já não salva em hipóteses alguma a legenda emedebista. Contribui, no entanto, para ampliar os focos de rebeldia nos meios parlamentares, na medida em que, tanto interna como externamente, desgasta o governo.

As declarações abertas de arenistas convictos contra o projetado Arenão indicam que o episódio da votação da anistia restrita no Congresso, com as surpreendentes defecções nas fileiras oficiais, foi apenas o início da desarticulação da base de sustentação parlamentar do governo.

Deputados da Arena como Dasso Coimbra (RJ) ou Jorge Vargas (MG), entre outros, têm procurado

a imprensa para demonstrar o seu descontentamento com a idéia do partido de situação, lanças venenosas contra o presidente nacional arenista, senador José Sarney (MA), que já está sendo apontado, inclusive, como “mentiroso”, por “falsificar (diminuir) o número de arenistas descontentes” com o plano palaciano, ao levar o seu relatório ao general João Figueiredo. Até o vice-líder do governo, João Linhares (Arena-SC), defensor das causas mais ingratas do regime, declarou enfático que “não há quem me faça ficar no Arenão”.

«Independentes»

É nesse clima que o Partido Independente, de Tancredo Neves (MDB-MG), Magalhães Pinto (Arena-MG), e entre outros os paulistanos Paulo Egídio e Olavo Setúbal, busca se fortalecer. Tudo indica, porém, que os estrategistas do Palácio do Planalto não estão jogando tudo numa só cartada. Forçam a barra em direção à alternativa que lhes parece mais interessante — a do Arenão —, mas guardam na manga da camisa a opção de procurar manter a maioria parlamentar por meio da composição entre a Aliança Renovadora renovada e os “independentes”, que se dispõem a assunir, no máximo, uma postura de “apoio crítico” ao governo. O caminho do PI, não resta dúvida, tem pelo menos um lado saboroso para o esquema palaciano: cooptar emedebistas moderados e oficializar na situação os contumazes adesistas. E o caso, por exemplo, do famigerado Chagas Freitas e seu numeroso séquito, que já não tem lugar no MDB (nova exigência de expulsão está em andamento), não o terá no PTB (é Lisânea Maciel quem está representando Brizola no Rio) e, certamente, não deseja se integrar no projetado Arenão. Chagas, portanto, com todo o adesismo, é um dos que está pleiteando maior flexibilidade nos critérios de reorganização partidária que serão baixados proximamente pelo general Figueiredo.

Líder da AP volta à legalidade, após 15 anos de clandestinidade.

No seu primeiro dia na legalidade após 15 anos de clandestinidade, Jair Ferreira Sá, o "Dorival", líder histórico da AP (Ação Popular), visitou a redação do EM TEMPO. Chamado de Jair, ele ainda reage devagar.

Por Carlos Tibúrcio e Eder Sader

No dia do golpe militar de 1.º de abril de 1964, Jair Ferreira Sá deixou a legalidade, com 23 anos. Hoje, com 38, depois de manter-se à frente da Ação Popular durante toda a história da organização, acumular processos e condenações, escapar constantemente do aparelho repressivo, testemunhar a prisão — e posterior assassinio — de inúmeros companheiros, visitar por duas vezes a China de Mao Tsé-tung e ser anistiado pelo projeto restrito do governo, o ex-Dorival está disposto a continuar dedicando todos os seus esforços à luta revolucionária "nas novas condições do país", ou seja, "na luta aberta, legal, procurando contribuir para a livre organização partidária, principalmente de todas as organizações, hoje ainda clandestinas, que se voltam para a libertação dos trabalhadores, para a construção de uma sociedade socialista, sem exploração".

Jair, que ainda se mostra desacomodado a ser tratado pelo próprio nome, reagindo lentamente, está providenciando a retirada dos seus documentos pessoais. Para isso, irá para Minas Gerais, Estado onde nasceu na cidade de Nova Lima.

Na noite do primeiro dia na legalidade, Jair fez sua primeira aparição pública no ato de posse da nova diretoria da UEE de São Paulo. Nesta entrevista, o líder histórico da AP apresenta suas atuais posições políticas e aproveita para retificar alguns aspectos da matéria publicada sobre ele na edição do dia 8 deste mês do "Jornal da República".

acomodado, como se estivesse procurando um lugarzinho para ocupar. Continuo lutando pela revolução, mais amadurecido e mais aberto para aprender com a realidade, praticando novas experiências de relacionar a teoria marxista e a prática. Não me



Jair, no primeiro dia fora da clandestinidade após 15 longos anos.

considero um beneficiário de nenhum perdão que apague qualquer "crime" que tenha cometido, porque não cometi nenhum crime. Quem cometeu crimes foi o regime ditatorial. Enormes crimes contra o povo e particularmente contra os revolucionários, contra muitos dos meus companheiros, que foram presos, torturados, assassinados e arrebatados. Volto de cabeça erguida e de dedo em riste, acusando esse regime por tais crimes: ele não passará sem prestar contas dos seus atos perante o povo brasileiro."

"Eu ressurgio, no entanto, em meio a uma grave contradição: estou anistiado por ter dirigido todo esse tempo uma organização revolucionária clandestina, por ter lutado contra esse regime, por ter-me dedicado, inclusive, à livre organização de todos os partidos de esquerda. De que vale, contudo, essa anistia, se continua em vigor a Lei de Segurança Nacional e outros dispositivos arbitrários do regime, proibindo e prescrevendo altas penas contra quem se dedica a essa luta? Sou um anistiado que não abdicou de suas concepções e que, por isso, continua à mercê do arbítrio. Do arbítrio,

inclusive, do aparelho repressivo, que continua bem montado e atuando".

Crise definitiva

Acredito que a atual crise do regime não é uma crise que aponta para sua institucionalização. Essa crise é a crise do fim da ditadura. Ainda estamos submetidos ao regime ditatorial, mas já começamos a vislumbrar os raios de luz no fim do túnel. O espaço político real hoje no país é um espaço também contraditório: de um lado, ele foi e está sendo conquistado pelo movimento operário e popular; de outro, porém, ele é um espaço concedido, devido às contradições que dividem o bloco dominante. É preciso enfrentar a superação dessa contradição. É preciso que nos dediquemos, cada vez com mais confiança, à luta. Por tudo isso, discordo claramente de todos os setores ou movimentos de esquerda que têm se posicionado em favor das mudanças lentas e graduais do regime, chegando ao ponto de considerar essa anistia restrita, parcial, capenga como um "avanço".

Repressão, tribunais e leis contra a esquerda

De um lado a esquerda começa a emergir da clandestinidade depois da anistia restrita do regime. De outro lado todo um sistema repressivo ainda está montado. Como evoluirá a situação?

Por Flávio Andrade

As leis não são senão um reflexo da correlação de forças estabelecida a nível da sociedade. E no caso da realidade partidária brasileira atual, pós-anistia - mesmo que restrita - o descompasso entre a lei e os fatos começa a se patentear.

Várias figuras da esquerda emergem da clandestinidade para a legalidade, afirmando com maior ou menor clareza, suas posições políticas e partidárias. No entanto, as leis proíbem a organização partidária que se posiciona claramente ao lado dos trabalhadores. O que ocorrerá?

Prestes deve chegar já em outubro, anuncia-se. Mas o PC está proscrito desde 1947. Obviamente ele não abandonará a militância, ainda que não o diga alto e bom som a todo momento. E como ele muitos outros mais voltarão breve.

No final do Estado Novo, com sua queda, o PC e outros grupamentos da esquerda emergiram imediatamente e, na correlação de forças que se impôs, conquistaram sua legalidade. A Constituinte, logo em

seguida, começou a consagrar princípios restritivos que abriram a porta para em 47 vir a proscrição do PC, juntamente com a mudança da conjuntura.

Hoje, a situação se mostra diferente, muito mais semelhante ao que ocorreu na Espanha pós-Franco.

Os aparelhos repressivos estão aí, intactos. E como coroa desta situação, as leis. A Lei de Segurança Nacional, por exemplo, é clara: proíbe partidos que "incitem a luta de classes", que "preguem a subversão", que estimulem "a guerra psicológica adversa" etc. Conceltos vagos mas, por isso mesmo, eficazes. E nos quais poderiam perfeitamente serem enquadrados já tanto a proposta de um Partido dos Trabalhadores como a de um Partido Popular na sua versão mais consequente. Pois ambos pregam o fim da ditadura e o estímulo às lutas da classe trabalhadora.

Mais do que isto a Lei de Segu-

rança Nacional proíbe explicitamente "a reorganização, ainda que sob falso nome ou forma simulada, de partido político dissolvido por força de disposição legal". Ou seja, nominalmente proíbe o PC.

As penas para tais crimes podem ir até 2 anos de prisão e os tribunais militares estão aí, intactos e vigilantes, reforçados a todo momento pelas declarações ameaçadoras dos generais da linha dura.

Além da Lei de Segurança Nacional, a reforma constitucional do ano passado também trouxe limitações à liberdade de organização. Deixando de lado as restrições quantitativas já fartamente divulgadas - 10% de parlamentares ou 5% dos votos nacionais distribuídos pelo menos em 9 estados com um mínimo de 3% em cada, como requisitos mínimos para o funcionamento dos partidos - há também restrições que poderíamos chamar de qualitativas. Os partidos deverão observar os princípios do "regime representativo e democrático" - que os tribunais

burgueses sempre interpretarão como os da democracia formal burguesa - seus estatutos deverão ser aprovados pela justiça - o que é outra possibilidade de veto -, não poderão ter vínculos internacionais e terão necessariamente que ter abrangência nacional.

Estas exigências e proibições inequivocamente proíbem a existência legal de partidos claramente de esquerda.

Mas o próprio governo, em parte cedendo às pressões populares, já fala em abrandar os critérios partidários, agora na reformulação da Lei Orgânica dos Partidos. Outras vozes de dentro do regime já deixam transparecer a idéia de alterações na Lei de Segurança Nacional.

Mas é sem dúvida que o regime visa outros objetivos por trás destas declarações, que não a legalização da esquerda.

Esta, como sempre aconteceu, terá que ir sendo arrancada mesmo é na marra na dianteira das leis. Só que com prudência, pois os aparelhos repressivos ainda estão aí.

"Ora, tudo indica que a burguesia está querendo substituir o regime militar por um regime democrático autoritário, "semi-liberal", como nós o qualificamos. Isso não resolve o problema do povo brasileiro."

"Assumindo a legalidade a luta aberta, vou me integrar nos Comitês Brasileiros pela Anistia, para ser mais um combatente por uma anistia ampla, geral e irrestrita. Como revolucionário, é claro que não sou hoje um porta-voz oficial da Ação Popular, mas, devido aos longos anos passados na direção dessa organização revolucionária, é evidente que minhas posições guardam um grau de similitude muito grande com o pensamento dos integrantes da AP".

O atentado a bomba

Em sua entrevista ao "Jornal da República" existem declarações que causaram certa perplexidade. Aquela história, publicada como "inédita", da bomba no aeroporto de Recife, por exemplo. Como é, você abriu o jogo para a repressão, tornando público que foi a AP que fez o atentado?

— "Acho excelente e muito importante a oportunidade de poder retificar essa história. Considero infeliz a classificação de "inédita" àquela informação. Inédita para quem? Era preciso que a reportagem do "Jornal da República" tivesse deixado isso claro, pois eu expliquei ao repórter. Ora, a repressão sabe muito bem quem fez o atentado a bomba no aeroporto de Recife. Quem não sabia era grande parte da esquerda e a população em geral. E eu acho que nós não devemos guardar segredo, hoje em dia, para quem precisa saber das coisas para compreender melhor o período de ditadura no Brasil. Além disso, meu interesse explícito em me reportar ao episódio foi o de denunciar o assassinio, em Recife, pela repressão, de um companheiro que participou do atentado, o mineiro "Raimundinho". Depois do atentado, "Raimundinho" saiu de Pernambuco, Passado algum tempo, ele fez auto-crítica daquela prática e decidiu, já em outra organização, voltar para o Recife e trabalhar junto à classe operária de lá. Foi, então, preso e assassinado. Isso quase ninguém sabe".

"Aproveitando, quero deixar claro também que houve mal-entendido no caso da guerrilha, que se refere a Brizola e ao sargento Albery. Também nesse caso o meu interesse era o de denunciar o desaparecimento do sargento Albery logo após ele ter dado uma entrevista ao "Coojornal", sobre a qual, inclusive, me pronunciei criticamente quanto aos termos em que ele abordara a questão da guerrilha".

"Existiram também outros aspectos, como o da fórmula matemática para aferir a militância dos companheiros da AP, apresentados de modo equivocado na entrevista do "Jornal da República", mas vamos deixar pra lá".

Para alguém que abraçou o modelo chinês e depois o abandonou, como você vê hoje a situação do movimento comunista internacional?

— "O movimento comunista internacional vive hoje uma grave crise.

Considero, em primeiro lugar, que o dever de todo revolucionário é enfrentar essa crise e contribuir, teórica e praticamente, para sua superação. No meu caso particular, que durante muito tempo compreendi a situação internacional sob a ótica maoísta dogmática, após reestudar os clássicos (antes eu os conheci através de Mao) e rever o dogmatismo, considero que o revisionismo contemporâneo, com o soviético à frente, precisa ser vencido, pois é um entrave ao novo movimento comunista internacional que vem se formando, principalmente entre as esquerdas dos países capitalistas dependentes. A AP sempre combateu o revisionismo soviético, mas o fez durante muito tempo acreditando que o maoísmo era a "terceira etapa do marxismo".

Sobre o eurocomunismo, é importante destacar que ele traz aspectos positivos — particularmente de crítica à degenerescência burocrática nos países socialistas —, mas é uma variação do desvio revisionista contemporâneo. Quanto à polêmica Stalin-Trotsky, sempre a entendi pelos olhos de Mao, o que, nesse aspecto, não deixava de ser pelos olhos do próprio Stalin. Hoje, estou reestudando essa polêmica, assimilando os seus ensinamentos de modo profundo. Estou em aberto.

O mais importante é que é preciso retomar o leninismo, incorporando as contribuições novas e às da época de Lênin, como as Rosa de Luxemburgo e outras. Eu acredito, sem dúvida, na superação da crise do marxismo".

Na Série sobre a Esquerda Brasileira, no capítulo sobre a Ação Popular (AP), mais depoimentos de Jair Ferreira Sá, um dos fundadores da organização em 1962.

Bancários: greve no sul, dúvidas em São Paulo.

Os banqueiros vão tirar recursos dos arsenais da ditadura para nos combater: as leis de exceção, a CLT que eles mesmo fizeram.

"Mas o sindicato somos nós e está aqui reunido. Não adianta intervenção no nosso Sindicato. Ele não é uma casa, uma sede, mas somos nós que o criamos e o sustentamos". Este é um trecho do discurso de Olívio Dutra na assembléia que decretou a greve. Previu a atitude dos banqueiros aliados do governo. Previu também a atitude dos bancários: "Fomos nós que elegemos a diretoria do nosso sindicato e só nós que podemos demitir. Olívio Dutra foi eleito por nós, e só nós podemos demiti-lo". Esta foi a resposta dos bancários à ditadura.

Algumas horas após ser decretada a greve, o ministro-banqueiro Murilo Macedo, na tarde de quinta-feira, afastou a diretoria do Sindicato dos Bancários e nomeou uma junta governativa integrada por três bancários de confiança. — todos eles funcionários graduados. E arrematou: "Até segunda-feira, a situação deve estar totalmente normalizada".

Depois da intervenção, as prisões

A noite, em uma nova assembléia, cinco mil bancários decidem manter a greve e passar a centralizar o movimento através do Comando Geral de Greve. Olívio critica o ato de arbítrio, mas frisa que "a intervenção é muito mais uma honra, pois não é qualquer sindicato que tem uma medalha dessas. Ela significa que cumprimos muito bem nosso papel, defendendo os interesses da categoria que nos elegeu democraticamente". A tarde, depois de confirmada a intervenção, os banqueiros apresentam pela primeira vez uma contraproposta; uns míseros 10 por cento de reajuste, acima dos índices oficiais.

Depois da intervenção vieram as prisões. Olívio Dutra e Felipe Nogueira foram presos na mesma noite e logo após o término da assembléia. Na manhã do dia seguinte, os federais foram buscar em sua casa, o funcionário do Banco do Brasil e membro da direção do sindicato, José Luis Carneiro da Cruz. No interior, na cidade de Santo Angelo, mais dois presos: Aramy Viterbo Santolim e Paulo Eduardo Trapp, ambos membros da diretoria do sindicato. Todos os cinco estão em regime de incomunicabilidade por oito dias.

Imitando Mussolini

As respostas do movimento não tardaram. A Intersindical do Estado, formada por representant-

Em Porto Alegre, apesar da intervenção no Sindicato e da prisão de líderes sindicais, os bancários deram continuidade à greve, que atingiu cerca de 80% da categoria. Enquanto isso em São Paulo, os bancários buscavam uma alternativa para seu movimento.

Sucursal de PA e Relton Fracalossi

tes de mais de 30 sindicatos, lançou uma nota acusando as autoridades federais de se inspirarem na "Carta del Lavoro de Mussolini" para justificar a intervenção e as prisões. O Comando de Greve assumiu a direção do movimento e faz uma programação especial para os feriados. No domingo à tarde, na Federação dos Bancários, uma nova assembléia, com a presença de três mil empregados e mais 15 líderes sindicais do centro do país, entre os quais Lula e Paulo Skomov, serviu para reforçar o movimento. Paulo Steinhaus, presidente da Federação, afirmou que já existem dezesseis sindicatos em greve no RS dos 23 existentes. Eles cobrem as cidades de Santo Angelo, Passo Fundo, Cruz Alta, Caxias do Sul, Ijuí, São Leopoldo, Pelotas, Rio Grande, Uruguaiana, Alegrete, Canoas, Esteio, Tupanciretã, Santa Cruz do Sul e Porto Alegre. Na cidade de Caxias, o movimento no feriado teve uma particularidade: os piquetes foram de casa em casa dos bancários que ainda não haviam aderido à greve. A noite foi realizado um show, em Porto Alegre, para arrecadar fundos, com a presença de Caetano Veloso.

Na manhã de segunda-feira, uma concentração na praça da Alfândega, no centro da cidade, reorganizou a ação dos piquetes, mantendo a força inicial do movimento.

As palavras de ordem da greve são: "Pela devolução de nosso sindicato", "Pela libertação dos companheiros presos", "Pela não punição dos grevistas", "Pelos 86%" e "Greve até a Vitória".

São Paulo: poucas alternativas

Em São Paulo, os bancários durante a semana prepararam-se para a assembléia de quarta-feira, que decidiria os rumos do movimento, ao mesmo tempo que acompanhavam atentamente os acontecimentos no Rio Grande do Sul. Para Antonio Augusto de Campos, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, a greve gaúcha foi um fato positivo para o movimento bancário como um todo, embora acreditasse que não seria possível a deflagração de uma greve em São Paulo que tivesse condições de sair vitoriosa.

Posições divididas

Quanto às possibilidades de uma greve em São Paulo, as posições se dividiam e toda a expectativa voltava-se para a assembléia de quarta-feira, quando também no Rio de Janeiro haveria uma assembléia dos bancários cariocas. Dentro da própria diretoria do Sindicato havia algumas divergências quanto aos rumos do movimento. Para alguns diretores uma greve seria "uma aventura", uma vez que a categoria não está suficientemente organizada. Com a intervenção nos sindicatos de Belo Horizonte e Porto Alegre, um fracasso em São Paulo significaria um retrocesso muito grande no movimento dos bancários a nível nacional — argumentavam os defensores dessa posição. Por outro lado, outros elementos do Sindicato contra-argumentavam que os acontecimentos de Porto Alegre eram um grande estímulo e que um movimento grevista teria condições de se ampliar em pouco tempo. Além dessas duas posições, existia também aqueles que colocavam que o mais importante é preservar a entidade de uma intervenção — bastante provável no caso de uma greve — e que para isso é necessário evitar movimentos grevistas.

Na realidade, as perspectivas da categoria não eram muitas. Se entrar em greve significava correr sérios riscos de uma derrota, era impossível ganhar mais tempo, marcando uma nova assembléia, sob pena de esvaziar o movimento. Por outro lado, se bancários e banqueiros não entrarem em acordo, a questão passa a ser decidida pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que poderá determinar um aumento baseado no índice oficial (44%).

Tanto lançar-se numa greve fracassada, como permitir que o movimento se esvaziasse ou aceitar o índice determinado pelo governo significariam um desgaste para a liderança dos bancários. Foi nessas condições que na quarta-feira a categoria realizaria a assembléia decisiva para a sua campanha salarial.

Milhões & Migalhas

Segundo dados do DIEESE e do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, apresentados pelo deputado Elygio Meneghetti de 1964 até hoje houve uma redução de 40% no poder aquisitivo dos bancários. Atualmente, os salários dos bancários são de Cr\$ 2.701,60 para contínuos, de Cr\$ 3.061,80 para escriturários e de Cr\$ 3.402,60 para os tesoureiros.

O lucro líquido dos principais conglomerados financeiros no primeiro semestre deste ano foi de: Bradesco — Cr\$ 3.896.263.000,00; Itaú — Cr\$ 2.319.615.233,72; Bamerindus — Cr\$ 274.675,48 e Banespa — Cr\$ 1.076.981.457,16. Assim, somente neste primeiro semestre, o lucro de cada uma dessas empresas foi de Cr\$ 57%, 72%, 50% e 77%, respectivamente.

Se compararmos os salários dos bancários com o dos banqueiros, observaremos que um tesoureiro de banco — o cargo mais bem remun-

nerado entre os bancários — levará 146 meses para receber o que ganha num só mês um diretor de banco, ou seja, um banqueiro. No Banco Itaú, por exemplo, os diretores recebem Cr\$ 350.000,00, enquanto que no Banco Real a média mensal é superior a Cr\$ 300.000,00 e no Unibanco atinge mais de Cr\$ 250.000,00.

Nos últimos dez anos, os lucros dos bancos oficiais foi de 3.397%, dos bancos particulares com capital estrangeiro de 3.694% e de 3.169% para os bancos com capital nacional.

Dessa forma, para que fosse incorporado o crescimento da produtividade dos bancos em seus salários, os bancários deveriam ter um aumento de cerca de 237%. Contudo, a reivindicação dos bancários gaúchos é um aumento de apenas 86%.

Osasco: formar o PT, a CUT, Comissões...

150 trabalhadores participaram do 1º Congresso dos Metalúrgicos de Osasco, discutindo seu problema sindicais e políticos.

Três dias de reflexão e de profunda discussão dos seus problemas, não apenas os mais imediatos, ligados à luta pela sobrevivência, como também aqueles referentes às suas aspirações políticas de classe, marcaram o 1º Congresso dos Metalúrgicos de Osasco, realizado nos dias 7, 8 e 9 de setembro, na colônia de férias do sindicato, em Caraguatatuba, no litoral norte paulista. Cerca de 150 trabalhadores, dos quais 20 eram mulheres, debateram, exaustivamente os quatro pontos principais do temário estabelecido: legislação trabalhista, economia nacional e previdência social.

Ameaçado, ainda no primeiro dia de não durar até a data prevista, pois a diretoria do sindicato chegou a propor a imediata suspensão do Congresso, como manifestação de "repúdio" à intervenção no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, o encontro só continuou diante dos protestos da maioria dos presentes — liderados pela oposição sindical — que via, justamente, na sua continuidade, uma maneira efetiva de solidarizar-se com os companheiros do Sul. Sem dúvida alguma, o ponto mais importante, das discussões nas reuniões plenárias foi o do sindicalismo. Além de apontar os já conhecidos entraves impostos pela CLT aos trabalhadores, sua subjugação ao Estado, sua estrutura verticalizada, etc., os trabalhadores apontaram os rumos da sua superação. Fazem parte da proposta que surgiu nesse sentido, a organização dos trabalhadores em Comissões de Fábrica, a eleição de delegados sindicais, combinada com uma ação efetiva no interior do sindicato, assumindo decididamente a sindicalização massiva o combate imposto sindical, além da criação da Central Única dos Trabalhadores, chegando, mesmo, à aprovação da realização imediata de encontros regionais e nacionais pela CUT.

Porém, os trabalhadores mostraram estar preocu-

pados com questões que não se limitassem aos problemas sindicais, meramente, avançando, decididamente, no terreno político, ou seja, a própria formação de um partido de classe, o Partido dos Trabalhadores. Foi decidida a formação de um núcleo Pró-PT, em Osasco, fora do sindicato, sem padrões, estruturando-se a partir das bases, e que promovesse a conscientização dos trabalhadores através de cursos, palestras, debates, bem como a criação de sub-comitês de bairro e de um jornal partidário.

Mulheres

A participação de um grupo significativo de mulheres, que não se limitaram à funções meramente decorativas, foi outro aspecto destacado do Congresso, que colheu os frutos plantados, bem recentemente, durante uma Semana de Discussão da Questão Feminina, promovido pelo sindicato, naquele mesmo local. Graças a elas, o Congresso aprovou algumas questões importantes como a abolição de toda e qualquer lei que discrimine a mulher, equiparação salarial de fato, construção de creches nas empresas, garantia de acesso ao SENAI e proibição de trabalho noturno, tanto para homens como para mulheres.

Uma nota bem significativa do quanto há de ser debatido, até que homens e mulheres passem a ter posições mais próximas diante de seus próprios problemas — a posição de classe não resolve tudo — pode ser sentida quando se discutia uma proposta (masculina) de redução da jornada feminina para seis horas, para que "as mulheres pudessem cuidar dos filhos". As mulheres presentes, rechaçaram energicamente essa tese: a jornada deve ser igual para os dois sexos, dizem elas, ao mesmo tempo em que o trabalho doméstico deverá ser dividido.



As máquinas param até o patrão ouvir

Uma assembléia com 10 mil trabalhadores decide a paralisação de 250 mil metalúrgicos, no Rio.

Nada menos de 250 mil metalúrgicos estão em greve no Rio de Janeiro desde os primeiros minutos da última quarta-feira. Essa decisão foi tomada por cerca de 10 mil operários, na maior assembléia de trabalhadores ocorrida no Estado desde 1964, que recusaram a proposta patronal.

Aos gritos de «greve, greve», eles fincaram pé no pedido de 83% de aumento salarial, piso salarial de Cr\$ 6.114,00 (hoje é de Cr\$ 1.640,00), estabilidade para as comissões de fábrica, comissões de salários e delegados sindicais, readmissão dos companheiros demitidos e outras seis reivindicações.

«O barulho das máquinas — afirmou uma das lideranças — impede que os patrões nos ouçam. Com as máquinas paradas eles terão de nos ouvir».

A greve dos metalúrgicos do Rio vinha sendo preparada ao longo dos dois últimos meses, quando começaram a campanha salarial e as negociações com os patrões.

Durante esse período, 22 operários já foram

demitidos e 11 foram detidos pela polícia política, sendo que um foi ameaçado de tortura.

Essas violências, no entanto, não impediram que os operários se organizassem e apoiassem a proposta de greve.

Com a experiência acumulada com a greve da FNM, que durou 13 dias no final de julho, os metalúrgicos do Rio formaram uma comissão de salários, com 104 companheiros, que está dirigindo a greve, dividindo o Grande Rio em 13 áreas.

Assim que acabou a assembléia, essas «zonais» (subcomissões por área) começaram a se reunir para a preparação dos piquetes e o enfrentamento com os patrões. Os operários começam a se preparar para responder às demissões que virão, às mentiras que a grande imprensa já começa a publicar e à violência que a polícia política empregará para detê-los.

A perspectiva, contudo, é de «greve prolongada até a vitória», como afirmam os trabalhadores.

Na luta hoje por liberdades democráticas e por melhores condições de vida, os trabalhadores estão enfrentando desde já, em germe, através de suas formas de organização, as «grandes questões» da democracia socialista do amanhã.

Por Andreas Maia

ma das características mais importantes da conjuntura brasileira atual é a espetacular retomada das lutas dos trabalhadores. Podemos dizer que pelas reivindicações colocadas (em defesa do poder de compra dos salários e contra o desemprego, pelas liberdades democráticas, etc.) e pelas formas de luta (greves de massas, organização de comissões nas empresas, assembléias gerais e piquetes como forma de encaminhamento das greves, etc) as lutas atestaram uma forte combatividade por parte dos trabalhadores

Toda luta coletiva de trabalhadores que ultrapassava os objetivos imediatos e estreitamente corporativos, coloca o problema das formas de organização da luta, problema que contém em embrião um desafio ao sistema capitalista. Se é verdade que os trabalhadores são espontaneamente reformistas (sindicalistas) em "tempos normais", é verdade também que são espontaneamente anticapitalistas (revolucionários) por ocasião de períodos excepcionais de crise revolucionária da sociedade.

A greve de massas tem por objeto uma repartição mais favorável do valor e da riqueza produzida pelos próprios trabalhadores, ou seja, vender o mais caro possível à burguesia a força de trabalho. A greve é a afirmação do direito dos trabalhadores de lutar contra a "liberdade de exploração" do capitalismo. Quando se passa de uma greve numa empresa para uma greve mais global, num setor industrial importante ou numa greve geral nacional; quando se passa de uma greve passiva (na qual os trabalhadores abandonam a empresa ou ficam de braços cruzados) para uma greve com ocupação das empresas, sobretudo para uma greve com ocupação ativa (na qual os trabalhadores reativam o trabalho sob sua direção), o potencial de contestação anti-capitalista desenvolve-se como uma prova de força para decidir quem manda na empresa, na economia e no estado: os trabalhadores ou a burguesia.

À greve: um contra-poder embrionário

Uma greve pode ser dirigida burocraticamente por um sindicato ou por partidos operários

e sobretudo uma forte autonomia do movimento.

A tendência no sentido da auto-organização das massas revelou certos traços que são universais na história do movimento operário contemporâneo na luta contra a exploração capitalista. Debater estas características, extraindo suas lições, compará-la internacionalmente no próprio passado brasileiro, é mais do que nunca necessário como forma de dar um prognóstico objetivo sobre os desdobramentos possíveis das lutas atuais

reformistas. Mas também pode ser dirigida democraticamente por meio de assembléias gerais de grevistas que detêm as decisões sobre o desenvolvimento da luta. E a forma mais democrática que se pode dar à direção da luta é a auto-organização de comitês de empresa eleitos pelo conjunto dos trabalhadores em luta, sindicalizados ou não, submetendo as decisões ao controle dos trabalhadores reunidos em assembléias gerais. A greve assim desenvolvida faz surgir um "contra-poder" embrionário, os conselhos de trabalhadores, manifestando uma tendência que lhe é exclusiva: associar ao máximo os trabalhadores no exercício do poder, superando a divisão social do trabalho, na medida do possível, entre administradores e administrados, e demonstrando o caráter universal da tendência dos conselhos de trabalhadores de se apoderar das empresas e organizar a sociedade sobre a base de princípios que correspondam às necessidades de auto-determinação dos trabalhadores.

Da contestação potencial à efetiva

A experiência histórica do século XX a nível internacional confirmou esta tendência. Em 1917-23 durante a revolução alemã. Em 1936 na revolução espanhola e na França da "Frente Popular". Na década de 20, e logo após a Segunda Guerra Mundial na Itália. Em 1919 na América do Norte com os comitês de greve geral criados em Seattle e Winnipeg. Mais recentemente durante a revolução portuguesa em 1974 e no Chile durante o governo da Unidade Popular. Vamos também encontrar esta tendência no maio de 1968 na

França e nas greves selvagens da Itália e Argentina em 1969.

Entretanto, entre uma contestação potencial e uma efetiva, do regime capitalista, existe não apenas uma diferença de grau, mas sobretudo uma diferença de amplitude e do impacto produzido sobre a economia capitalista. A diferença circunscreve-se ao "nível de consciência" dos trabalhadores e se não se toma uma série de medidas conscientes nenhum movimento deste nível coloca em discussão o regime capitalista e nenhum comitê de empresa se transforma em conselho com funções de contra-poder alternativo. Para que isto ocorra, transformando uma greve importante, duradoura e combativa, num movimento plenamente desenvolvido, é necessário que ocorra uma série de condições favoráveis que faça possível que a consciência dos trabalhadores experiente uma brusca mutação. Estas condições são as que criam as situações revolucionárias: crises econômicas conjunturais, crise política global, descontentamento acumulado durante muito tempo e confiança crescente dos trabalhadores em suas próprias forças acrescida de uma combatividade capaz de mudar a correlação de forças, a existência de uma vanguarda ativa no movimento de massas, etc.

O que a experiência histórica também demonstrou é a contradição inerente ao movimento operário internacional: por um lado, no seu cotidiano as ações e greves de massas estão sempre orientados para objetivos parciais e imediatos como reivindicações salariais, conquistas sociais, legislação e liberdades democráticas, etc.; por outro lado, a atividade dos partidos operários comumente mobilizam os trabalhadores em torno destes objetivos aos quais vai acrescido ou não uma propaganda abstrata em favor do "socialismo". Cria-se uma separação mecânica e artificial entre um "programa mínimo" possível e um "programa máximo" cada vez mais distante, o que gera não só uma ilusão de reformar o capitalismo, mas sobretudo uma impossibilidade de solução das próprias reivindicações imediatas.

Do piquete ao controle operário

Se não se coloca em discussão uma questão básica, isto é, a questão do domínio do capital sobre as máquinas, a produção e o trabalhador humano em geral não se rompe o impasse.

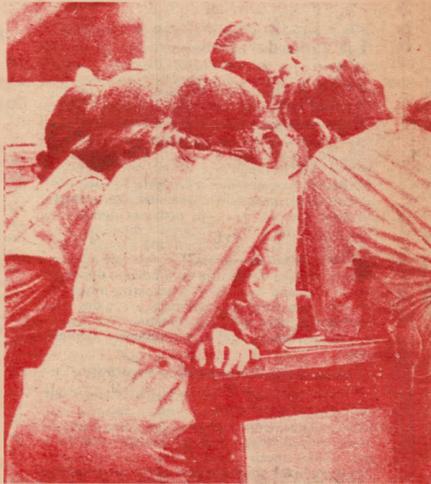
A alternativa a este dilema está na formulação de um programa de reivindicações que, partindo do imediato, faça a ponte para os objetivos máximos. E se os trabalhadores estão convencidos a lutar por estas reivindicações, estabelece-se uma fusão entre a luta por objetivos imediatos e a luta pelo socialismo. O exemplo mais característico da luta por

tantes das confederações, "entrosadas com a Embaixada Americana haviam oferecido verbas do Ponto IV para compensar a receita do imposto sindical recebida pelas confederações e cuja extinção elas preconizavam com o objetivo de enfraquecer os sindicatos, que não podiam, de imediato, conseguir outra fonte de receita para manter os seus serviços".

No entanto, fracassados todos os planos engendrados por seus adversários, o III Congresso foi realizado. A tática de seus inimigos passou a ser no sentido de que os presidentes das confederações arranjassem um pretexto para se retirarem do conclave, desmoralizando-o e provocando uma cisão.

Os pelegos pulam fora

O motivo encontrado foi a tese de formação da CGT. Deocleciano de Holanda Cavalcanti, Presidente da CNTI; Ari Campista, Secretário Geral da CNTI e Sindolfo de Azevedo Pequeno, Presidente da Confederação Nacional dos Empregados em Empresas de Transportes Terrestres, inicialmente, tentaram humilhar o Congresso e, posteriormente, retiraram-se, dando o por encerrado. (Em virtude dessa atitude é que Ari Campista seria "ressuscitado" para o sindicalismo, após 64, por Arnaldo Sussekind, Ministro do Trabalho de Castelo Branco e principal artífice das reformulações da CLT, recentemente propostas pelo Governo Figueiredo). No entanto, Humberto Menezes Pinheiro e Clodsmidt Riani, membros da Diretoria da CONTEC e CNTI, propuseram ao plenário que o Congresso tivesse seqüência. Aprovada a proposta por unanimidade (somente 28 delegações acompanharam os retardantes), Clodsmidt Riani assumiu a



estas reivindicações transitórias é a luta pelo controle dos trabalhadores sobre a produção capitalista. Durante o governo Allende no Chile, malgrado a moderação dos dirigentes da Unidade Popular, os trabalhadores ocuparam inúmeras empresas, cujos patrões sabotavam a produção, fazendo-as funcionar por sua conta própria por meio do controle operário. No curso da greve geral mais ampla que teve a Argentina na sua história, em 1964, três milhões de operários ocuparam 4000 empresas e organizaram a produção por si próprios.

Quando os trabalhadores no lugar dos rotineiros representantes sindicais, criam comitês de empresa eleitos por todos os trabalhadores nasce um contra-poder ao poderio patronal. O controle operário passa a ser uma resposta eficiente por parte dos trabalhadores às crises da economia capitalista e como o escola de uma economia planificada. É o primeiro passo para uma autogestão socialista numa economia plenajada e democraticamente controlada por congressos de conselhos de trabalhadores, com base numa ampla democracia política, capaz portanto de eliminar a divisão social do trabalho e realizar uma economia de satisfação crescente das necessidades humanas.

Da ditadura nas fábricas à democracia operária

Na história das lutas sociais do Brasil, encontramos inúmeros exemplos da combatividade da classe operária e do seu potencial de mobilização e organização democrática dos Trabalhadores. Em diferentes momentos, vemos surgir verdadeiras greves de massas, que surpreendem pela sua amplitude e pela coragem dos trabalhadores frente a sempre presente e violenta repressão. Mas quase sempre, estas greves trazem a marca do espontâneo, do explosivo, o que foi fator das muitas derrotas. Aqui, um rápido apanhado de 1917 até 1968.

A greve de 1917 em São Paulo e da greve de 1918 no Rio de Janeiro, ambas modelares da combatividade do movimento operário até 1930 e da sua quase total espontaneidade, se dão num período em que os anarquistas tinham uma quase absoluta preponderância entre os trabalhadores e em suas organizações.

1917: O governo paulista foge da capital

1917: O governo paulista foge da capital. O movimento de 1917 inicia-se no Cofitec Crespi, na Mooca, com 2.000 grevistas entre homens, mulheres e crianças, exigindo 20% de aumento salarial e alegando "que a vida se tornava dia a dia mais difícil para o proletariado, sendo os lucros da fábrica auvitados e certos". Como resposta, esta fecha suas portas por tempo indeterminado. Os operários decidem continuar com a greve, distribuindo folhetos em que recomendavam boicotes aos produtos da fábrica.

Em solidariedade aos operários da Crespi, outros aderem ao movimento e, como numa reação em cadeia, São Paulo fica totalmente paralisada. Em uma semana a greve atinge quase todas as indústrias e serviços: metalurgia, tecelagem, gráfica, construção civil, transportes coletivos, carroceiros, lixeiros, fosforos, vidros, moagem, calçados, massas alimentícias, cerâmicas e alfaiates, somando mais de 15 mil grevistas.

Os representantes das Associações e Grupos Proletários da Capital e subúrbio reúnem-se com o fim de apoiar os grevistas e decidem pela constituição do Comitê de Defesa Proletária. Este passa a dirigir todas as manifestações de rua, como comícios, passeatas e os piquetes que desde o início da greve eram feitos e nos quais a polícia agia com muita violência. Num destes piquetes é que atingido por um tiro, morre o sapateiro José Martínez. Com sua morte, o movimento grevista generaliza-se atingindo o interior do Estado e entra em sua fase mais aguda. Os operários passam a invadir armazéns e lojas e distribuir alimentos entre a população, constroem barricadas impedindo a passagem da polícia enquanto mulheres derretem sabão e jogam nas ruas para derrubar os cavalos dos milicianos. Muitos outros operários morrem nos choques com a polícia, mas algumas guarnições da Força Pública começam a "insubordinar-se", recusando-se a praticar violências contra os grevistas. Frente a estes acontecimentos o governo foge da Capital e os operários tomam conta da cidade, só permitindo a entrada de carregamentos com carne e leite para os hospitais.

Enquanto isso, três navios da Marinha aportam a Santos e o Exército é chamado a intervir. A repressão cresce assustadoramente, com centenas de prisões, e o Comitê divulga as condições para o fim da greve, que entre outras exigia a libertação de todos os grevistas, o direito de associações para os trabalhadores, aumento salarial e pagamentos em dia, garantia de trabalho permanente para os operários, redução dos preços dos alimentos e dos alugueis.

Tendo o governo se comprometido a aceitar todas as reivindicações, a greve chega ao seu final. Com a situação normalizada, inicia-se novamente uma intensa repressão, seguida da prisão e deportação dos líderes do movimento.

Em novembro de 1918 inicia-se, com a greve nas fábricas de tecidos do Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis e Magé, o movimento que ficou conhecido como o "Soviete do Rio". Este movimento terá características bastante diversas da greve de 1917 em São Paulo: será um movimento de definições mais políticas desde o início e irrompe como resultado de uma consciente preparação anterior.

Os operários fundam em março de 1918 a União Geral dos Trabalhadores. De dentro da UGT e com a participação de alguns intelectuais pequeno-burgueses forma-se o Comitê de Combate à Fome. Deste é que surgirá o comitê que dirigirá o levante.

60 anos de grandes mobilizações

As 6 grandes greves da história do Brasil anteriores à atuais movimentações, que começaram no ano passado: 1917/53/63 e 1968.

Por Elvira de Oliveira

No momento em que o movimento se inicia, começa também a violenta repressão, ficando os trabalhadores isolados no Campo de São Cristóvão de onde sairiam para assaltar a Intendência de Guerra. Metalúrgicos, operários da construção civil e alguns outros setores aderiram à greve. Houve combates nas ruas, com os trabalhadores defendendo-se, detonando dinamites e com tiros de revólveres, morrendo nestes confrontos tanto operários quanto policiais. Duas torres de energia da Light voaram pelos ares e o 10º Distrito Policial foi invadido.

No quinto dia o movimento continuava com mais de 20 mil trabalhadores em greve. O governo ordena o fechamento da UGT, da União dos Trabalhadores em Fábrica de Tecidos, da União dos Operários Metalúrgicos e União dos Operários em Construção Civil. No décimo dia da greve começou o retorno ao trabalho e o movimento foi se extinguindo ao mesmo tempo que se iniciavam as dispensas em massa.

Após o Estado Novo que, ao contrário do que se pensa, não conseguiu destruir totalmente o potencial de mobilização dos operários - que sobre cerrado controle policial desenvolveram ações de resistência, operações tartarugas e greves parciais ou localizadas - abre-se a etapa do que se acostou a chamar sindicalismo populista. Neste período são ilustrativas as greves de 1953 e de 1963, respectivamente greve dos 300 mil e dos 700 mil.

1953: 300 mil cruzam os braços

O movimento que durou 29 dias, partiu de reivindicações puramente econômicas como aumento salarial e medidas destinadas a diminuir o custo de vida, mas adquiriu conotações políticas no momento que insurgiu-se contra o decreto 9.070 que proibia as greves e condicionou o seu término com a libertação de todos os grevistas presos.

Segundo J.A. Moisés, a eclosão só é entendida se avaliada em conjunto com o surgimento de organismos elementares de base, a partir da II Guerra Mundial, como as comissões de empresa e as associações de bairro, que lutavam contra a carestia, os baixos salários e as péssimas condições de trabalho.

Destas comissões que eram formadas por 20 ou 30 trabalhadores recrutados entre as várias seções das fábricas também saíram os elementos para a constituição das comissões de salários dos sindicatos, que em muitos casos desempenharam papel de direção no processo de deflagração do movimento. Estas responsáveis por imprimir o material de

propaganda da greve, organizar o plano de finanças, convocar os militantes mais arrojados e formar os piquetes. Estas comissões de salários transformaram-se em Comissões de Greve no processo de preparação desta e acabaram por dar origem a uma Comissão Intersindical de Greve, que encarregou-se das negociações finais de movimento.

Contrariando a direção do movimento, os grevistas demonstraram grande combatividade, fazendo massivas manifestações de ruas e invadindo fábricas para obrigá-las a parar. No quarto dia de greve, os carpinteiros, gráficos e marceneiros aderiram e o movimento começou a alastrar-se pela interior. Depois de dez dias de greve quando já havia 100 mil têxteis e 75 mil metalúrgicos: parados, o governador do Estado aceita intervir como mediador, levando as propostas, primeiro de 23% e depois de 28% aos operários que reivindicavam 50%.

Quase um mês depois, com a repressão grassando solta, o Comitê Intersindical de Greve aceita um entendimento na base de 32% de aumento, e assim a greve inicia seu refluxo.

1963: a greve dos 700 mil

Como exemplo de uma greve preparada pela cúpula sindical, a greve que eclode em outubro de 1963 em São Paulo é única. Sua organização, de flagração e comando é feita pelo PAC (Pacto de Ação Conjunta), e entre os objetivos do movimento estava a unificação da data base dos acordos salariais de várias categorias e propunha-se que o acordo unificado fosse realizado entre a FIESP e a CNTI.

As reivindicações operárias entre outras eram: reajuste salarial de 100%, revisão após período de 4 meses, igualdade de remuneração aos trabalhadores admitidos após a vigência do acordo, garantia de livre exercício dos delegados sindicais nos locais de trabalho etc.

Para dirigir a greve foi formado um Comando Geral de Greve e a zero hora do dia 29 de outubro o movimento tem início. Sob a ação dos piquetes já no primeiro dia a paralisação é quase total na capital e em 12 cidades do interior. A repressão sobre os piquetes é intensa prendendo 600 operários.

No terceiro dia de greve, os ferroviários da Santos-Jundiaí entram em greve de advertência em solidariedade aos trabalhadores da indústria, mas já no primeiro dia de novembro, operários e patrões reúnem-se para firmar acordo visando o final do movimento. As bases do acordo aceito pela Comissão Executiva do PAC é de: 80% de aumento salarial, 25% de antecipação salarial a partir do sétimo mês de vigência do acordo e libertação de todos os grevistas presos.

As comissões que surgiram após o movimento deflagrado só existiram como tal na Belgo-Mineira. Antes da greve existiam propostas de formação de comissões para o estudo das leis salariais, cuja organização seria a seguinte: em cada seção das empresas de até mil operários formariam-se grupos de 5 atividades. Cada grupo, denominado de mobilização contra o arrocho, disporia de um assistente que se encarregaria das funções de chefia, de uma assessor de agitação e propaganda e de 3 arregimentadores de massa. Dez grupos podiam designar um elemento que por sua vez integraria uma comissão de mobilização.

No dia 20 de abril é tomada a iniciativa de organização mais geral do movimento. Em assembléias os operários decidem pela formação de uma Comissão de Greve e de Piquetes para tentar a ampliação do movimento.

Sob a ação dos piquetes a greve amplia-se, tendo no dia 22 o seu ponto alto com a adesão de mais de 10 empresas. O governo faz uma proposta de antecipação salarial de 10%, que na verdade seria um aumento já que não seria descontada no próximo reajuste salarial. A recusa desta, segundo o governo, seria uma declaração de guerra e a assembléia operária a rechaça.

Desse momento em diante, a Polícia Militar ocupa a Cidade Industrial, proíbe as assembléias, a distribuição de boletins e os ajuntamentos de rua. E assim o movimento caminha para o seu final.

Em assembléia sindical reunida no dia 3 de novembro, os trabalhadores aprovam tal acordo e no mesmo dia, esta assembléia decide tornar-se permanente até que todos os acordos fossem firmados.

O golpe de 1964 atinge como alvo imediato os organismos operários em seus vários níveis, aniquilando-os e perseguindo as suas lideranças. As experiências de organizações de base legais, como as comissões de empresa que começavam a proliferar no pré-64 são destruídas pela raiz e o movimento operário entra num período de letargia. Apenas na nova conjuntura de enfrentamento aberto com a ditadura militar, que se inicia nos anos de 67/68, é que a classe operária emerge novamente como um setor que resiste e luta, utilizando-se de forças clandestinas ou semi-clandestinas de direção.

1968: As comissões operárias de Osasco

Segundo J. Ibrahim, presidente do sindicato dos metalúrgicos de Osasco em 1968 e líder da greve, para compendê-la tem que se levar em conta o trabalho da comissão de fábrica que desde anos anteriores se formara na Cobrasma, fábrica onde o movimento se iniciou.

Esta coisão, que era semi-legal tinha o reconhecimento dos diretores da fábrica, sendo composta de 38 membros, 2 representantes por cada seção. Paralela a esta, seguia funcionando uma comissão clandestina que tinha como objetivo, inclusive impulsionar os trabalhos da comissão legal e continuar a organização em caso desta ser proibida pelos patrões.

A partir de 67 a comissão passa a ter uma política de oposição frontal ao sindicato e lança-se como chapa de oposição às eleições. O programa é agitado nas portas das empresas e durante este período se criam os embriões do que mais tarde seriam os comitês nas outras fábricas. Vencendo as eleições, a oposição passa a difundir entre as outras fábricas o trabalho de organização de base e a prática da democracia direta para as decisões através das assembléias gerais.

A greve inicia-se em julho de 1968 e tem como característica a ocupação das fábricas, tendo como principais pontos de apoio os comitês e os núcleos clandestinos. Para coordenar o movimento, foi formado um Comando Geral de Greve, ao qual se subordinavam os comitês a nível de empresa. A paralisação que se iniciou na Cobrasma foi se estendendo às outras fábricas e os operários após tomá-las, seguiram em passeata até o sindicato.

O Ministério do Trabalho declarou a greve ilegal e na noite do primeiro dia a repressão teve início com o cercamento das fábricas e o fechamento de todas as saídas da cidade. O sindicato sofreu intervenção, seus dirigentes foram presos e no quarto dia a greve começou a refluir.

1968: a greve «espontânea» de Contagem

O movimento de Contagem, anterior ao de Osasco começou no dia 16 de abril, na Belgo-Mineira, atingindo aí 1.200 operários. O sindicato foi surpreendido pelo vigor do movimento, que "não só começou fora dos marcos do sindicalismo, mas começou mesmo sem qualquer foram de organização", conforme F. Weffort.

A reivindicação dos grevistas era por 25% de aumento e no terceiro dia o movimento é engrossado por outras fábricas.

As comissões que surgiram após o movimento deflagrado só existiram como tal na Belgo-Mineira. Antes da greve existiam propostas de formação de comissões para o estudo das leis salariais, cuja organização seria a seguinte: em cada seção das empresas de até mil operários formariam-se grupos de 5 atividades. Cada grupo, denominado de mobilização contra o arrocho, disporia de um assistente que se encarregaria das funções de chefia, de uma assessor de agitação e propaganda e de 3 arregimentadores de massa. Dez grupos podiam designar um elemento que por sua vez integraria uma comissão de mobilização.

No dia 20 de abril é tomada a iniciativa de organização mais geral do movimento. Em assembléias os operários decidem pela formação de uma Comissão de Greve e de Piquetes para tentar a ampliação do movimento.

Sob a ação dos piquetes a greve amplia-se, tendo no dia 22 o seu ponto alto com a adesão de mais de 10 empresas. O governo faz uma proposta de antecipação salarial de 10%, que na verdade seria um aumento já que não seria descontada no próximo reajuste salarial. A recusa desta, segundo o governo, seria uma declaração de guerra e a assembléia operária a rechaça.

Desse momento em diante, a Polícia Militar ocupa a Cidade Industrial, proíbe as assembléias, a distribuição de boletins e os ajuntamentos de rua. E assim o movimento caminha para o seu final.

Da CGT à CUT

Um dos passos decisivos para romper com a estrutura sindical atrelada e

construir democraticamente um novo sindicalismo pela base é a

criação da CUT — Central Única dos Trabalhadores.

Aqui o que foi a última experiência do gênero no Brasil:

a CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores.

Por Luís Flávio Rainho

esse momento, em que os dirigentes sindicais mais combativos do país retomam a idéia da criação de uma Central Única dos Trabalhadores, torna-se válido rememorar algumas informações sobre a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), face à inexistência de estudo específico e maiores esclarecimentos sobre o assunto.

Como se sabe, criada por Getúlio Vargas, a organização sindical brasileira inspirou-se no corporativismo fascista italiano.

A lei só permite a existência de um sindicato de cada categoria em cada lugar, que é chamado de "base territorial" do sindicato.

Um agrupamento de sindicatos forma uma federação, e um grupo de federações forma uma confederação.

Essa organização oficial proíbe a formação de uma central operária, como igualmente quaisquer tipos de "frentes" ou "pactos" intersindicais.

As organizações paralelas

A denominação "organização paralela" foi criada por estudiosos do sindicalismo brasileiro para designar as organizações intersindicais (Pacto de Unidade e Ação, Pacto de Unidade Intersindical, etc.), que, apesar de proibidas por lei, foram criadas e admitidas pelos governos populistas que tentavam auferir, ou chegarem mesmo a auferir vantagens políticas de suas atividades.

Começaram com os sindicatos, atingiram nível de federações e confederações, até que, em 1960, culminaram com a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

A CGT foi criada no III Congresso Nacional dos Trabalhadores, reunido no Teatro João Caetano, de

à execução da política econômica adotada pelo governo (art. 555).

Por isso, desde sua criação, os sindicatos foram mais órgãos burocrático-assistenciais do que realmente representativos das reivindicações dos trabalhadores.

Contudo, após 1960, passaram a adquirir alguma eficácia, apoiados nas bases políticas do populismo e impulsionados pelas chamadas "organizações paralelas".

11 a 14 de agosto de 1960, no Rio de Janeiro, então Estado da Guanabara. Ao todo participaram 2.500 delegados de 744 entidades sindicais dos estados e territórios do País.

Segundo os jornais da época que deram apoio ao Congresso (Última Hora, Novos Rumos, etc) "ele representou o maior passo pela autonomia e unificação da classe operária brasileira".

Contudo, não foram poucas as pressões e provocações sobre ele desfechadas. Todos os seus inimigos se mobilizaram contra o III Congresso. Jornais, como a Tribuna da Imprensa, Estado de São Paulo e O Globo, em manchetes e editoriais, clamavam pela proibição do Congresso. Todo tipo de pressão foi exercido sobre as confederações (CNTI, CNTC e CNTTT) através da CIOLS e ORIT, para que não participassem do Congresso. Esta ingerência já se fazia sentir desde o Manifesto divisionista de 1º de maio de 60, resultante de uma reunião dos presidentes dessas confederações com delegados da CILS E ORIT. Na ocasião do III Congresso, diversos jornais, destacadamente a Última Hora que publicou uma série de reportagens, denunciaram que algumas delegações represen-



Metalúrgicos: surge uma alternativa

Domingo, dia 16, reunidos em assembleias gerais separadas, os metalúrgicos de São Paulo (cine Piratininga) e Osasco (sede do Sindicato), decidirão que pauta de reivindicações deverão apresentar aos patrões, representados pelo já tristemente famoso Grupo 14 da FIESP. Se depender do que ocorreu na segunda-feira passada, quando se reuniram as comissões de mobilização de São Paulo, Osasco e Guarulhos, as assembleias prometem ser quentes: unidade sindical e os índices a serem exigidos para o reajuste, dividiram as posições ali presentes. Em primeiro lugar, as Oposições Sindicais defenderam, com toda a propriedade, que a Unidade Sindical só tem sentido se for praticada pela base e não se restringir apenas as cúpulas dirigentes dos sindicatos. Além disso, a OS defendia um índice de reajuste de 83 por cento, ao contrário da proposta da Unidade Sindical (encampada pelas diretorias dos três sindicatos) de reajuste de 50 por cento, com um mínimo de aumento de Cr\$ 3 mil, além do piso salarial de Cr\$ 6104: a argumentação dos defensores dessa segunda proposta era de que ela seria realista, capaz de ser obtido e reanimar os trabalhadores, abatidos pela derrota na campanha do ano passado.

Já para a oposição, além de 83 por cento representar o mínimo para que realmente os trabalhadores tivessem um certo aumento, acima da taxa inflacionária, ela tem uma grande vantagem: não confundir os trabalhadores, diante das filigranas da outra proposta, além de manter a unidade entre os metalúrgicos, não discriminando entre os de menores salários e os melhor remunerados.

As oposições sindicais, que se dividiram em seu primeiro congresso, atuam unificadamente nesta campanha, assumindo em conjunto o desenvolvimento da campanha salarial, bem como golpeando juntas os pelegos e seus no-

vos aliados dentro do Sindicato. Uma prova evidente disso, foi o mau bocado enfrentado pelo pelegão Joaquim de Andrade (acompanhado de três diretores, entre eles o vice-presidente Malvezzi) na assembleia setorial da zona sul, realizada no cine Arco-Iris, na quarta.

5: Embora apenas 200 trabalhadores estivessem presentes eles demonstraram uma grande disposição de luta e uma posição majoritariamente pró-oposição sindical. Inclusive, ninguém se levantou para defender o Joaquim, quando o metalúrgico Silva, da Oposição Sindical, propôs que ele e sua diretoria fossem afastados da mesa, cedendo o seu lugar à Comissão de Mobilização, e que continuassem a participar da assembleia na "platéia", coisas que o pelego "não faz há muito tempo", segundo o Silva. Da mesma forma, o plenário endossou o repúdio da OS à determinação da direção do sindicato, de desautorizar a circulação de qualquer boletim que não fosse os com o timbre do Sindicato (para calar a oposição diante das manobras costumeiras dos pelegos, que têm a máquina da entidade). Da mesma forma, mesmo a contragosto, teve que aceitar a proposta do aluguel de um local na região, para instalar o comando de luta da zona sul.

A Oposição Sindical surge como uma alternativa à direção pelega controlada pelos velhos servidores da ditadura, vestidos e promovidos hoje como combativos líderes da classe (é só ver a arapuca em que caiu o Pasquim, recentemente). Mais do que necessária para o seu fortalecimento, isso é vital para o próprio resultado da luta dos metalúrgicos da capital, e determinante, inclusive, para a dos de Osasco e Guarulhos. Porque, deixar que predominem direções comprometidas com os patrões, como a de São Paulo, é decretar, antecipadamente, a falência do próprio movimento.

A luta contra o Patrão-Estado

Depois de vários anos em completa desmobilização, quando o funcionalismo estadual de Minas Gerais assistiu a uma vertiginosa queda de seu salário, a categoria volta a se organizar. Um grupo de funcionários procurou a União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP) e, juntos, convocaram a assembleia inicial. Na ocasião foi formada uma comissão de mobilização, aberta a todos os interessados, com o objetivo de entrar em contato com as várias repartições públicas da capital e do interior, e de preparar a próxima assembleia, marcada para o dia 13 de setembro. Essa comissão provisória, sem caráter de representatividade, será posteriormente substituída por outra, formada por representantes escolhidos por cada uma das regionais que estão se organizando. A forma de organização da campanha segue, em linhas gerais, aquela adotada pelos professores no final do 1º semestre, tomada como exemplo de democracia interna e organização.

O Estado de Minas conta com aproximadamente 230 mil funcionários públicos. Essa imensa categoria é bastante subdividida: 34 mil funcionários da administração indireta (autarquias e fundações) e mais 200 mil da administração direta (Secretarias, escolas, etc). Destes, 97 mil são professores, que já conquistaram um aumento com a greve de junho. Outros 26 mil são militares que, estranhamente, já receberam seu aumento em separado. Isso significa que cerca de 100 mil funcionários estão envolvidos nesta campanha. Outra subdivisão corresponde às duas formas de contratação de pessoal. O estatutário recebe, pelos mesmos serviços, salário inferior ao já mingüado salário do con-

tratado pelo regime de CLT, sendo, portanto, ambos vítimas da mesma política do arrocho salarial. É por isso que estão todos juntos nesta luta contra um adversário comum: o patrão-Estado.

Para se ter uma idéia, basta lembrar que o reajuste salarial ocorre somente em outubro, e não em maio, como o dos outros trabalhadores. Isso significa que existem funcionários estatutários (categoria V-1) que recebem, hoje, o irrisório salário de Cr\$ 1.710,00.

O governo de Minas determinou que o aumento dos funcionários públicos neste ano será de 45%. Segundo cálculos do Instituto de Pesquisas Econômicas e Administrativas (IPEAD), a inflação acumulada desde outubro de 1978 chega a 60%. Por isso, a proposta da comissão de mobilização, a ser discutida nas regionais, é de um reajuste de 60%, mais um fixo de Cr\$ 3 mil. Além disso, jornada de 6 horas de trabalho em tempo corrido; 13º salário para o estatutário; definição de uma política clara sobre o quadro de funcionários com a participação dos mesmos e previsão do orçamento, para que, a partir de 1980, o reajuste seja em maio e não em outubro.

Para um membro da comissão de mobilização, "o que se pretende é o aumento. A comissão vem avaliando os movimentos anteriores em Minas, que têm deflagrado greves sem organização. O interesse principal na fase atual do movimento é o de organizar o funcionalismo estadual. Sabe-se que se tiver que sair greve, é o tipo da greve prolongada e difícil", concluiu.

Sérgio Faici



Ignácio Hernandez: firme com os metalúrgicos de BH

Belo Horizonte Campanha dos metalúrgicos

Com a aproximação da data-base, começam a se movimentar os metalúrgicos mineiros de Belo Horizonte, Contagem, Betim, João Monlevade, Sabará, Ipatinga e Conselheiro Lafaiete, englobando ao todo, cerca de cem mil trabalhadores.

Em Betim, a campanha já entrou na fase de negociações e as principais reivindicações são: piso salarial de oito mil, aumento não escalonado de Cr\$ 4 mil e estabilidade para delegados de fábrica. Os trabalhadores estão em assembleia permanente.

Em Belo Horizonte e Contagem, a campanha começa a entrar agora na reta final. Depois de uma primeira fase de reuniões separadas por fábrica, foi realizada uma assembleia geral que contou com o comparecimento de três mil metalúrgicos e onde foram definidas as seguintes reivindicações: piso salarial de Cr\$ 8 mil, aumento de 80%, não escalonado, e estabilidade para delegado de fábrica, além de instalação de creches. Apesar de não ter atingido os momentos decisivos a pressão sobre os trabalhadores já se faz sentir com a prisão do metalúrgico Ignácio Hernandez, agora libertado, com a dispensa de trabalhadores que se manifestaram em assembleia na SBE, com o arrancamento de faixas colocadas nas ruas, com a tentativa de esvaziamento de assembleias que estão sendo realizadas nos domingos através da promoção por parte das firmas de festas e churrascos nestes dias. No próximo dia 17 está marcada a primeira reunião de negociações com os patrões e é a partir dela que o ritmo da campanha tende a se acelerar.

Construção Civil Seis mil em greve em BH

Seis mil trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte cansaram de esperar pelo cumprimento da decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), concedendo salário de Cr\$ 3.600,00 para os serventes e Cr\$ 6.500,00 para os pedreiros, depois da greve de agosto. Como os patrões — alegando não ter condições financeiras para pagar essas verdadeiras «fortunas» para os peões — já afirmaram mais uma vez que não vão aumentar o tutu mensal do pessoal, o jeito foi parar de novo. Sagembra, Maecon, João Fontes, Master, Melo Azevedo, Nepal, Arco, Metodo, Sisal e Wadi Simão, algumas das maiores empresas do setor, foram as mais afetadas pelas paralisações.

Desta vez, parece que os trabalhadores estão mais propensos a negociar a nível de cada empresa, ao invés de adotarem uma política mais abrangente, como ocorreu em agosto. Em alguns casos, essa tática deu certo: os

200 trabalhadores das obras de Construção da sede regional do Banco Central, que pararam após o almoço, na segunda, voltaram ao trabalho na terça, com o dinheiro no bolso.

O pelegão Pizzaro, mais uma vez suas: como teme a concentração de operários (onde ele sempre acaba se dando mal) negou a convocação de uma assembleia geral da categoria, no sindicato

Vigilantes Podem parar de novo

A tática adotada pelos patrões no caso dos pedreiros, não é isolada: na hora que tudo está parado, eles fingem que aceitam o reivindicado pelos trabalhadores, mas quando chega na hora do vamos ver, tiram da reta. Foi o que aconteceu com os vigilantes, lá mesmo em BH: quando a moçada do coldre cruzou os braços, eles disseram que aceitavam conceder o piso de Cr\$ 5 mil, não demitiriam ninguém. E o que ocorreu: não só demitiram três integrantes do Comando de Greve, como tampouco pagaram o prometido. Mas o tiro pode sair pela culatra: na segunda, dia 10, houve nova assembleia dos vigilantes, que decidiram esperar só até o dia 24, para ver a cor do barão. Se isso não ocorrer, param de novo.

Invasão no Sul 110 famílias tomam fazenda

Os colonos do município gaúcho de Nonoai, expulsos das reservas indígenas de Cacique Dobra e Nonai, no ano passado (ver EM TEMPO nº 77), depois de 15 dias de espera pelo cumprimento das promessas do governo, decidiram resolver sua situação por conta própria. No dia sete de setembro 110 famílias de colonos decidiram marchar organizados sobre a Fazenda Sarandi, cujos quatro mil hectares estavam arrendados para dois grandes latifundiários gaúchos. Já havia, inclusive, um processo de desapropriação contra os dois grupos, mas fora sustado por que um dos arrendatários impetrou um mandado de segurança. Por isso, quando na quinta-feira, uma liminar da Justiça anulou o mandato, o pessoal da bomba não esperou um mínimo. Armando suas barracas improvisadas, decidiram dar um nome novo à região, batizando-a, depois da missa campal de domingo, 9, de Colônia Sete de Setembro.

Professores Encontro dia 16, em SP

Quem madruga, o lá de cima ajuda. Por isso, os professores de São Paulo resolveram começar agora a preparação da campanha salarial de 1980, promovendo já no domingo, 16 (rua Três Rios, nº 252) o 1º Encontro dos

Professores da Rede Particular da Grande São Paulo. Além disso, eles vão discutir como encaminhar a luta contra as demissões (rotatividade e falta de estabilidade) a participação na semana nacional de educação e a luta pela anistia ampla, geral, e irrestrita.

Patrões cedem e discutem com os médicos

E os patrões da medicina, finalmente resolveram conversar com os médicos de São Paulo, que se encontram em assembleia permanente, na campanha salarial. Os esculápios, que se reuniram novamente na quarta-feira, estão exigindo 70 por cento de reajuste.

Grande Criciúma A greve, de volta

Quando o Piquetão estava sendo redigido, mais de 30 mil trabalhadores haviam entrado em greve na Grande Criciúma, que compreende, além da capital brasileira do carvão, as cidades de Içara, Urussanga, Siderópolis e Lauro Muller (onde o movimento começou, há 14 dias). Doze mil mineiros do carvão, 8 mil metalúrgicos e 10 mil trabalhadores nas cerâmicas iniciaram o maior movimento grevista realizado nos últimos 15 anos, em Santa Catarina. Os piquetes dos mineiros, metalúrgicos e ceramistas se cruzavam, não sem razão: muitos deles, lutavam, embora em categorias diferentes, contra um mesmo patrão. Como é o caso dos trabalhadores da Companhia de Mineração Criciúma, da Industrial Conventos (metalúrgicos) e da Cerâmica Criciúma, de propriedade do maior grupo econômico da região, o grupo Diomício Freitas (proprietários, inclusive, da rádio e da televisão Eldorado que, evidentemente vem sonhando toda a informação à população).

Mas isso não impediu que a população da cidade soubesse que o movimento grevista ocorria e se alastrava, solidarizando-se, inclusive, com ele, contribuindo, generosamente para o Fundo de Greve (o CBA local chegou ao ponto de servir cafezinho e alimento para os piqueteiros, nas madrugadas). Além disso, uma passeata iniciada por 400 operários da Industrial Conventos percorreu os cinco quilômetros que separam a fábrica da sede do sindicato dos mineiros (onde se concentra o comando grevista) passando pelo centro da cidade. Segundo um dos correspondentes do Piquetão, em Criciúma, Zulnei Manique, «o dia 11 foi um dia inesquecível para a cidade»

Terrorismo Ligth demite mais três

Continua a campanha terrorista na Ligth: mais três funcionários — Eliane, Cristina e Ivo (este último, inclusive, membro da comissão salarial durante a campanha pelo reajuste, no primeiro semestre) — foram demitidos pela empresa, que alegou «razões superiores».

O inefável Antonio Magri, presidente do Sindicato, não se mostra, mais uma vez, disposto a mexer uma palha sequer. Descaracterizou as demissões, considerando-as totalmente legais, já que a empresa tem poder de mando. Esqueceu-se, o nosso «maciste do kilowatt» de que, o Ivo, por exemplo, tinha estabilidade, justamente por fazer parte da comissão, fato lembrado, inclusive ao presidente da Ligth (o pessoal demitido recebeu o apoio do Sindicato dos Eletricistas do Rio, diante da omissão de Magri). veio com o «grupo» de que a estabilidade só valia durante a campanha (vejam só) mas que ia ver, etc, etc. Quinta, 13, prometeu dar a resposta.

As mulheres e o socialismo

Charles Sowerwine

Por que, depois de inícios tão prometedores, a aliança entre o socialismo e o feminismo fracassou? Esta é a pergunta que Sowerwine procura responder em seu livro *As mulheres e o Socialismo*, que Cahiers du Féminisme resenhou, em seu nº 8.

As mulheres e o Socialismo, livro recentemente editado na França, de autoria do historiador americano Charles Sowerwine, abarca o período das lutas que se desenrolaram no terceiro congresso operário realizado em 1879, e termina com a primeira grande greve política se caracterizou pelo desenvolvimento do movimento organizado em 1884, e a formação dos partidos operários.

Um começo

No congresso operário realizado em 1879, foi debatida a reivindicação da igualdade de direitos das mulheres. A energia intervencionista da Hubertine Auclert. Apesar de não ser operária, Hubertine procurou neste congresso as forças necessárias para reivindicar o direito de voto para as mulheres. Acompanhada pelo grupo feminista com Richer e Maria Deraines francesas, que se prendiam aos direitos civis e recusavam desenvolver a luta pelo direito de voto das mulheres.

Depois, o congresso foram integradas as reivindicações femininas quanto ao direito ao voto e ao trabalho. Também o direito de as mulheres participarem de todas as atividades do movimento operário: «os homens administraram as mulheres em suas reuniões, círculos de estudos, comitês eleitorais, onde terão voz deliberativa».

Em seguida, outros tomam a defesa dos direitos da mulher no seio do movimento operário. Leonie Rouzade (1839/1919) em particular, uma antiga operária bordalesa, casada com um um operário, não poupou esforços em ajudar as mulheres para a luta do proletariado. Cria com o concurso de outras a União das Mulheres insistindo na função social da maternidade: «quem quer que a sociedade se encarregue das crianças». Há um confronto com o grupo dos partidários de Jules Guesde (1845/1922), os guesdistas — que apresentavam a corrente marxista no movimento operário francês, quando Jules Guesde volta do exílio, ele se pronuncia em outros, já em 1876, em favor do trabalho das mulheres; porém, os guesdistas renunciavam qualquer luta parcial que conseguia alimentar ilusões sobre a reforma possível da sociedade capitalista e apontavam a revolução como o caminho da libertação da mulher.

Somente a revolução social poderia procurar a igualdade dos sexos

Entretanto, no congresso de Havre, em novembro de 1880 — congresso que marcou a cisão entre o grupo dos chamados mutualistas e os coletivistas — foi adotada uma resolução de compromisso pelos coletivistas: «a mulher deve ser igual ao homem e como ele possuir todos os direitos civis, políticos e

econômicos (...). É impossível esperar que os detentores injustos da riqueza social conintam em concedê-los»; somente a revolução social poderia promover a igualdade da sexes.

Porém, como afirma Sowerwine «o socialismo mínimo não mencionava a igualdade das mulheres a não ser no que se refere a igualdade dos salários».

Um novo conflito, no entanto, surge rapidamente: os guesdistas se recusam a apoiar a candidatura simbólica de Leonie Rouzade às eleições municipais de dezembro de 1881 (por ser mulher, ela era inelegível); muitos dentre eles, no entanto, mesmo ao apoiar o princípio do direito de voto das mulheres, sob o qual estava a esperança de serem influenciadas pelos padres. Nesta época, todas as forças progressistas se encontram no anti-clericalismo. Leonie Rouzade renunciaria, em uma carta à J. Guesde, que «os homens procuram monopolizar a direção do partido operário para si», dizendo ainda que «uma candidatura de classe não reside nem nas calças compridas nem na saia».

As razões dos fracassos

Por volta da metade do mês de janeiro de 1882, quando os partidários de Paul Brousse (1847/1912) — que criara o partido possibilista-excluído dos guesdistas — a UFC (União das Mulheres Comunistas), a União das Mulheres não hesita: apoiar os broussistas que haviam apoiado a candidatura de Leonie Rouzade. A União das Mulheres dispersa-se em 1882 e Leonie Rouzade, decepcionada com o socialismo utópico. Em 1882, os guesdistas constituem em Roanne um novo partido — o futuro POE (Partido Operário Francês) integrando em seu programa de reivindicação os direitos das mulheres. Os esforços da União não haviam ido em vão. A criação do Grupo Feminista Socialista em 1889 (GFS) pela iniciativa de Elizabeth Renaud (1846/1932), operária, e de Louise Saumonneau (1875/1939), costureira, faz parte do início promissores. Contudo, decepcionado pela recusa do Partido Socialista da França presidido por Jaurès de integrar em seu programa as reivindicações «trabalho igual, salário igual e «os direitos políticos para as mulheres», o GFS se dispersa no partir de 1902, tendo reunido pouco mais de uma centena de militantes.

A que se deve atribuir todos estes fracassos? Sowerwine mostra que uma das primeiras razões reside na confusão teórica que domina o movimento operário: o livro de Bebel «As Mulheres e o Socialismo» e o de Engels «A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado», foram traduzidos tardiamente e, frequentemente, mal digeridos por militantes ainda profundamente influenciados pelos proudonismos no que concerne à questão das mulheres.

Os guesdistas, por exemplo defendiam o caráter progressista do trabalho das mulheres na medida em que este subtrai a mulher à dependência eco-

nômica dos homens, mas, diversos dirigentes do POF exaltavam a maternidade. É o caso de Paul Lafargue, genro de Marx, em seu livro «A Questão da Mulher», escrito em 1904; e também o caso de Albert Valette (1850/1899) do conselho nacional do POF (a única mulher que participa dele) que em um pequeno livro passa a publicar em 1892 «A Harmonia Social», fala da «era feliz em que a mulher será devolvida a seu papel biológico de criadora e de educadora da espécie», considerando, como diz Sowerwine, que o trabalho era apenas um transtorno.

A esta confusão teórica do movimento operário, vem acrescentar-se o eleitoralismo de diferentes partidos socialistas, em particular a partir do início do século, quando, no plano internacional a tendência reformista representada por Bernstein vai se fortalecendo cada vez mais. Como diz Sowerwine: «o que interessava aos partidos, qualquer que fosse sua retórica, era o esrutório. Ora, as mulheres não possuíam o direito ao voto». Eram, pois «estranhas» ao terreno principal dos socialistas.

O terceiro fator que explica o desencanto do socialismo com o movimento foi o sectarismo que as mulheres socialistas desenvolveram em relação as feministas burguesas. É preciso, evidentemente, ressaltar o contexto político da época: o movimento feminista burguês era poderoso e se alimentava não apenas das carências evidentes do movimento operário na questão das mulheres, mas também das aspirações trazidas pelas mulheres originárias da burguesia e da pequena burguesia, que debutavam no mundo do trabalho. Estas mulheres reivindicavam uma liberdade de ação que o Código de Napoleão ainda em vigor lhes recusava, mas em sua maioria não aspiravam abalar os fundamentos da sociedade burguesa.

Além disso, as relações entre o movimento operário e o movimento feminista burguês se tornaram mais tensas quando os sindicatos feministas criados por M. Durand, como o da Federação das mulheres tipógrafas, desempenham o papel de fura greve, como ocorreu em 1901 por ocasião da greve dos tipógrafos da impressora Berger-Levrault em Nancy.

Esse amontoado de malucas e histéricas que é o feminino burguês

As necessidades de delimitar seu espaço face ao feminismo burguês, sobre a base de classe, não poderia justificar o virulento sectarismo das mulheres socialistas, em particular o de Leonie Saumonneau que terá o controle das atividades das mulheres socialistas de 1914, através do Grupo de Mulheres Socialistas (GDFS). Eis a maneira pela qual ela caracterizava o feminismo burguês: «esse amontoado de intrigantes, de malucas e histéricas que é o feminino burguês de todos os países». Esta recusa de fato de todo feminismo (ao contrário do GFS diri-

gido por E. Renaud) explica a lentidão com que o GDFS tomou posição e mesmo assim de maneira tímida no chamado «caso Couriau». Emma Couriau, tipógrafa de Lyon colocou o seu pedido de sindicalização na seção de Lyon presidida pelo Livro, dirigida por Leonie Saumonneau, representante da corrente reformista entre os trabalhadores. A seção local não somente se recusou a sindicalizar Emma como decidiu excluir seu marido, também tipógrafo, da seção sindical, em julho de 1913.

A partir deste caso, teve início um debate na imprensa sindical e as organizações feministas trouxeram seu apoio a Emma Couriau. Louise Saumonneau recusou a participação do GDFS em uma manifestação de apoio a Emma Couriau, em dezembro de 1913, ao lado das feministas burguesas.

Porém, segundo Sowerwine, o que explica principalmente o fracasso destes movimentos de mulheres socialistas, é a ausência total de autonomia com relação ao Partido Socialista. L. Saumonneau, em particular, desenvolveu uma luta permanente para que as mulheres que desejassem militar na GDFS aderissem previamente à SFIO. Esta subordinação organizacional se traduziu ainda, por uma subordinação das reivindicações das mulheres às do partido. No final das contas, o balanço é pesado: até o nascimento do novo Partido Socialista no congresso de Epinay, as mulheres não chegaram a representar mais do que 2 ou 3% dos efetivos da SFIO. As mulheres só adquiriram seus direitos elementares sob a IV e V Repúblicas da França.

O balanço é também bastante carregado quando se nota o número de militantes de valor que foram ganhas pela causa do socialismo e que se desviaram dele, desgostosas com as reticências, quando não com a recusa dos partidos operários em defenderem seus direitos, quer fossem eles revolucionários, como os guesdistas no início, anarquistas ou reformistas.

Este livro vem preencher uma lacuna importante na história das relações entre feminismo e partidos operários pois percebe-se, que apesar das resistências evidentes dos sindicalistas em reconhecer o direito ao trabalho da mulher, uma lenta evolução germinava no interior da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), dominada pelos sindicalistas revolucionários. Nas vésperas da primeira guerra mundial, a CGT previa um plano de ação dirigido às mulheres, que se apoiava nas seções feministas de ação sindical. O movimento feminista burguês, a própria luta das mulheres, a ação de militantes sindicalistas e feministas como Marie Guillot, professora primária, militante da Escola Emancipada, não foram de importância menor nesta evolução que será bloqueada de fato pela guerra.

As mulheres e o socialismo nos fornece elementos de comparação muito interessantes entre o período histórico estudado e o que atravessamos. Uma conclusão se impõe: hoje as condições são muitos mais favoráveis a um reencontro entre feminismo e socialismo. O debate está aberto.»



Como surge a esquerda

(Ou "A arma da crítica")

A crise do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o surgimento de novas organizações a partir de suas dissidências foram acompanhados de uma profunda polémica no interior da esquerda brasileira, que pôs em questão os fundamentos mesmos dessa esquerda. A particularidade dessa polémica, contudo, é que ela não se dá ligada ao movimento social, o que faz com que se perca ou num doutrinário programático ou num pragmatismo militarista. Aqui, o levantamento dessa fase, das influências de fora e as concepções que fizeram surgir a esquerda armada brasileira.

A realização do Sexto Congresso do Partido Comunista Brasileiro, em dezembro de 1967, marca um ponto final na crise que sacudia, desde 1964, a mais antiga organização da esquerda do país. A resolução final do Congresso, consagrado a linha proposta pela direção e que havia sido criticada pelos setores mais dinâmicos da organização, consumava o processo de ruptura política e orgânica entre o aparato e os setores contestatários, processo que vinha se desenvolvendo de forma intensa pelo menos nos dois anos que precederam a reunião.

Os quase doze anos que nos separam hoje do Sexto Congresso não foram capazes de dar respostas mais definitivas sobre sua exata significação, não só para o PCB como para o conjunto da esquerda, a menos que nos contentemos com a auto-complacência das avaliações de Prestes e de seus companheiros ou que nos reportemos às críticas isoladas ao PCB que se situam, no fundamental, ainda ao mesmo nível daquelas formuladas às vésperas da reunião.

Para avançar na compreensão desta etapa da vida de esquerda brasileira, fundamental para melhor entender o desenvolvimento dos grupos revolucionários depois de 68 e a própria evolução do PCB, que hoje convoca o seu sétimo Congresso, talvez seja necessário examinar as transformações que se operaram na luta de classes depois de golpe no Brasil, a forma pela qual elas foram apreendidas pelas esquerdas e as repercussões que tiveram sobre seu discurso e sobre sua prática. Não é só a realidade política e social do Brasil que se modificou com a chegada dos militares ao poder, mas a própria visão que a esquerda passou a ter desta realidade. Ela será submetida sucessivamente à arma da crítica e à crítica das armas.

O período que vai da derrubada de Goulart, em abril de 64, à consolidação da ditadura militar, em fins de 68, ainda que marcado por vacilações por parte das classes dominantes quanto à forma que deveria assumir a dominação burguesa no país, revelou-se decisivo, no entanto, na definição dos caminhos que assumira a acumulação capitalista e, em especial, no tratamento da classe operária.

A dimensão sangrenta que a repressão policial-militar passou a ter especialmente a partir de 1969, tendo hoje a obscurecer os mecanismos repressivos anti-operários que marcaram os primeiros anos posteriores ao golpe. A nova política econômica fez da compressão salarial um de seus elementos fundamentais, impulsionando uma série de medidas necessárias à aplicação do arrocho, desde uma nova lei de greve até a utilização da CLT para decretar centenas de intervenções em todos os sindicatos que revelavam uma certa combatividade.

Depois do colapso do populismo

Esta repressão que se exerceu sistematicamente contra o movimento sindical teve consequências mais graves na medida em que a classe se ressentia, como decorrência de que um sociólogo chamou de "colapso do populismo" (e do reformismo), de uma profunda crise político-ideológica.

As agudas condições de exploração que a classe sofreu no seu conjunto, somadas à repressão exercida contra seus setores mais conscientes e combativos e ao quadro de perplexidade que caracterizava a esquerda naquela conjuntura não contribuiriam para que os trabalhadores tivessem desde o começo um papel destacado na resistência ao regime. Corrente não se quer minimizar as formas de organização de base que se desenvolveram após o golpe e cuja importância poderia ser medida, por exemplo, nas manifestações do primeiro de maio de 1968, em São Paulo, ou nas greves de Contagem e Osasco, na mesma ano.

O certo, no entanto, é que à cabeça das lutas contra o governo militar se situariam setores das classes médias atingidos pelos efeitos da política econômica e sensibilizados pelos rumos crescentemente autoritários e repressivos que o regime ia assumindo. A ausência de uma tradição de independência e autonomia do movimento operário,

facilitou que o essencial do debate político-ideológico se desenvolvesse no interior da pequena burguesia, em particular no movimento estudantil, tendo em vista o caráter mais orgânico que este setor da sociedade apresentava.

Sem querer cair num sociologismo vulgar, é necessário ressaltar este componente de classe para explicar porque um importante debate que a crise de 64 havia suscitado se perderia, primeiro, nas filigranas de uma discussão estratégica e, posteriormente, se diluiria num militância que fazia da teoria uma perda de tempo.

É básico destacar, no entanto, que o processo de luta política e ideológica aberto no interior da esquerda brasileira e que vai vertebrar os grupos revolucionários que surgem neste período está vinculado, ainda que de maneira nem sempre perceptível, à Revolução Cubana e seus desdobramentos na América Latina (ver cronologia "Na trilha do Che").

A evolução do processo cubano, especialmente a partir de 1961, e a incidência que ele passa a ter em países como a Guatemala, Nicarágua, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, e mesmo no Chile, Argentina e Uruguai, reabre para a esquerda latino-americana e brasileira a discussão sobre três questões que estavam cristalizadas no seu pensamento só tendo recebido contestação até então por grupos que, por suas dimensões e significação social, eram claramente marginais.

O caráter da revolução brasileira

Em primeiro lugar, se reabria a discussão sobre o caráter da revolução em países como os latino-americanos. Desde, pelo menos, o VIº Congresso da Internacional Comunista, em 1928, esta revolução latino-americana era pensada como antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática. No que se refere à questão do bloco de classes revolucionárias, pelo menos a partir de 1934, quando se esboça na Terceira Internacional a linha das Frentes Populares, que seria consagrada no ano seguinte, a burguesia nacional passa a ser conhecida como força revolucionária, tese que ganharia uma força especial, no pós-guerra quando da vitória da revolução chinesa, apresentada no discurso de Mao como resultante de um bloco de quatro classes. A prática da revolução cubana e o comportamento da burguesia nacional latino-americana suscitavam uma resposta distinta sobre a etapa da revolução no continente, o que Guevara exprimira lapidamente em sua Mensagem à Conferência Tricontinental: "A revolução será socialista ou uma caricatura da revolução".

Em segundo lugar, a vitória em Cuba e os primeiros núcleos guerrilheiros em vários países, especialmente a situação venezuelana, questionavam as teses que a partir de 56/57 começavam a ganhar

Por Marco Aurélio Garcia



Douglas Bravo e Luben Petkoff, dirigentes da guerrilha venezuelana nos anos 60.

força no movimento comunista internacional sobre a possibilidade de transição pacífica ao socialismo.

Em terceiro lugar, a revolução cubana era a primeira que se fazia não só sem o Partido Comunista, como em grande medida, contra ele. Estava posto na ordem do dia, portanto, o problema da vanguarda no processo revolucionário latinoamericano.

No Brasil, estes três temas, centrais na crítica e na auto-crítica da esquerda pós-64, se manifestam no entanto de forma relativamente marginal ao movimento de massas o que contribui para que a discussão assumia um caráter altamente especulativo. O nível em que os problemas se colocam não se traduz em uma linha de massas e quando as novas forças de esquerda conseguem abrir caminhos em direção aos trabalhadores, como ocorreu em Contagem e Osasco, elas o fazem a partir de sua visão imediatista de quem vê o capitalismo brasileiro, desde uma ética catastrofista, à beira do desastre.

Tudo se passa como se em 1964 a contra-revolução houvesse sido vitoriosa exclusivamente pela debilidade (ou traição) das direções operárias então hegemônicas. Construía-se uma idéia, sem dúvida sugerida por algumas fórmulas de Guevara, de que as "condições objetivas" para a revolução estavam reunidas na América Latina e que faltava somente resolver o problema dos "fatores subjetivos", isto é da vanguarda. É esta visão que está na raiz da

hipertrofia que terão no debate os grandes temas estratégicos: caráter da revolução, formas de luta e natureza da vanguarda.

Militarismo é doutrinário

O vanguardismo decorrente desta visão das coisas pôde expressar-se seja em sua dimensão programática, doutrinária, seja em sua versão pragmática, militarista. A matriz das duas atitudes era no entanto a mesma. Ambas, porém, se viam reforçadas pelo oportunismo da política do PCB no que diz respeito às questões de estratégia e tática, e, por outra parte, pela recorrência aos métodos administrativos que caracterizam a direção do Partidoão cada vez mais.

A crítica da concepção hegemônica na esquerda sobre a natureza da formação social brasileira e sobre o caráter da revolução, já havia sido insinuada nas Teses da Política Operária (POLOP) e seriam sistematizadas sobretudo nos escritos de Ruy Mauro Marini, circulando então em edições mimeografadas e, mais tarde, reunidos em um livro publicado no México (Subdesarrollo y Revolución). Muitos destes temas apareciam em outros escritos anteriores ou posteriores a 64. É o caso de Marcos Perí (pseudônimo de um militar ligado ao PCB), com seu *Perspectivas da Revolução Brasileira*, de

A revolução brasileira de Caio



em evidência que a revolução socialista é a consequência da luta armada contra o poder armado do Estado burguês. (...)

«... está fartamente provado que não se dirige uma guerra de guerrilhas desde o exterior, mas assumindo uma parte dos riscos. É necessário que a mais clarividente das direções, num país no qual se desenvolve uma guerrilha deste tipo, abandone a cidade e se incorpore no exército guerrilheiro. É antes de tudo uma medida de segurança que garante a sobrevivência dos dirigentes políticos. Um Partido na América Latina já tomou esta decisão. Este mesmo

Partido transformou igualmente seu Comitê Central, substituindo a maioria de seus velhos dirigentes por homens jovens, diretamente ligados à guerra ou à luta clandestina urbana. A reconversão do partido se dá junto com seu rejuvenescimento. (...)

O Partido e a Revolução

«De todas as educações requeridas pela guerra de guerrilha, a educação física é fundamental, da mesma forma, que a educação moral; as duas vão juntas. Uma perfeita educação marxista-leninista não é, para começar, uma condição imperativa (...) A aptidão física é a condição de exercício de todas as outras aptitudes possíveis: isto é uma trivialidade de aparência pouco teórica, mas a luta parece ter razões que não são de todo conhecidas pela teoria.

«... a reconversão do Partido em um organismo de direção, à altura do momento histórico, impõe-lhe também uma ruptura com a pleiade de comissões, secretariados, conferências, congressos,

reuniões e assembleias em todos os níveis: provincial, regional ou local, para citar os mais importantes. Face ao estado de urgência e um inimigo organizado militarmente, uma tal mecânica se revela paralisante, no mínimo, ou mortal, no máximo. Ela está na origem deste vício deliberativo de que nos fala Fidel, oposto aos métodos executivos, centralizados e verticais combinado com uma grande independência tática dos organismos subalternos, exigida na condução das operações militares. Esta conversão exige, pois, uma suspensão da «democracia interna» no Partido e a abolição temporária das regras que a asseguram, aquelas do centralismo democrático. Sendo mais que nunca consciente e voluntária, a disciplina do Partido se transforma em disciplina militar. O centralismo democrático serve para fixar uma linha após a análise da conjuntura, para eleger um Estado Maior de direção, e deve em seguida ser suspensa para que a linha seja posta em prática. Os organismos subalternos se isolam uns dos outros, reduzem ao máximo a maior margem de iniciativa que lhe foi deixada para por em execução a linha geral.»



armada brasileira

e a crítica das armas”)



Nas montanhas colombianas, Camilo Torres (à direita), Fabio Vásques (esquerda) e Medina Morón.

Moniz Bandeira com *O Caminho da Revolução Brasileira* e de vários escritos de Otávio Ianni e Francisco Weffort.

Dois autores, no entanto, teriam especial influência na polêmica: Caio Prado Jr. e Andres Gunder Frank. (ver box)

A repercussão dos dois autores estava ligada não só à oposição que se desenvolvia em seus escritos às teses hegemônicas na esquerda brasileira, mas à forma extremamente polêmica de que se revestiam textos como *A Revolução Brasileira*, de Caio, ou *O Desenvolvimento Capitalista do Sub-desenvolvimento no Brasil e O Capitalismo e o mito do feudalismo na agricultura brasileira*, de Frank.

Os dois autores convergiam na negação da existência de feudalismo, ou mesmo de restos feudais na sociedade brasileira, ao mesmo tempo desenvolviam um tipo de análise na qual era posta em evidência a articulação da burguesia brasileira com o sistema capitalista mundial, o que desautorizava quaisquer esperanças em torno das potencialidades revolucionárias da burguesia nacional, ou mesmo de um suposto comportamento anti-imperialista por parte desta.

Ainda que as conclusões de Caio Prado não encaminhassem necessariamente a um programa revolucionário imediatamente anticapitalista, sua análise, no entanto era utilizada pelas correntes socialistas como um importante instrumento crítico

às posições que por décadas haviam imperado no pensamento da esquerda no Brasil.

A influência cubana

Para outros setores, no entanto, os aspectos fundamentais a sistematizar a partir das lições da revolução cubana diziam respeito às formas de luta e ao problema do tipo de organização política que deveria substituir os velhos partidos comunistas.

Para estes, a referência essencial seriam os escritos de Régis Debray, um jovem estudante de filosofia francês que se havia deslocado para América Latina e que sistematizara seus contatos com a revolução cubana e com revolucionários de outros países do continente em dois textos: *“O Castrismo — a longa marcha da revolução na América Latina”*, publicado pela primeira vez na revista de Jean-Paul Sartre, *Les Temps Modernes*, e o famoso *Revolução na revolução?* uma espécie de versão ofensiva do processo cubano, foi apresentado em forma paradigmática para as forças de esquerda de todo o continente (ver box).

Debray, que seria detido pelos militares bolivianos e envolvido em um rumoroso processo por sua participação na guerrilha dirigida por Guevara, não dava importância à questão do “caráter da

revolução”, preferindo enfatizar a necessidade de que um pequeno núcleo de revolucionários constituísse um núcleo (“foco”) guerrilheiro em zona rural, que centralizaria não só a iniciativa militar contra os exércitos regulares, como teria a direção política do processo. A reunião das atribuições políticas e militares em uma só direção, na qual o segundo aspecto tinha prioridade e de certa forma sobredeterminava o segundo, representava uma ruptura fundamental com a concepção clássica de partido de vanguarda e iria explicitamente ser assumida por duas das organizações mais importantes que surgiram posteriormente ao golpe no Brasil: a ALN, de Carlos Marighela e a Vanguarda Popular Revolucionária, à qual teria seu nome associado durante um longo período o capitão Carlos Lamarca.

A problemática da luta armada reapareceria com grande força na esquerda brasileira. Já anteriormente ao golpe de Estado, seja o PC do B, sejam as Ligas Camponesas haviam realizado alguns preparativos insurrecionais, mas tudo não foi além dos preparativos.

O castrismo fora do lugar

Posteriormente, após 64, várias articulações ligadas ao ex-governador Brizola, a “operação Pintasilgo”, a coluna do coronel Jefferson de Alencar Cardim Osório, ou a “guerrilha de Caparaó”, sem falar na chamada “guerrilha de Copacabana” ou de “Angra dos Reis” haviam posto na ordem do dia o problema da “via armada”. Estes episódios (que serão tratados em outros capítulos desta série) não se davam articulados ao quadro de modificações político-ideológicas mais importantes na esquerda brasileira que só vai atingir seu auge em 1967/68.

A luta armada, como forma generalizada e central de luta da esquerda brasileira chega ao país, quando o modelo castrista que a havia inspirado enfrentava já uma grave crise. Derrotas profundas na Venezuela, Guatemala, Peru e Bolívia. Impasses na Colômbia e uma incipiente articulação em outras zonas. A própria direção cubana refletia sobre seu isolamento político e atitude de Fidel quando da invasão da Checoslováquia denotava uma tentativa de reaproximação política com a União Soviética. O Vietnã havia saído de sua “solidão” por suas próprias forças mediante a grande ofensiva do Tet, em fevereiro de 68. A classe operária na França e na Itália desmentia praticamente os mitos sobre seu aburguesamento realizando as mais longas greves da história contemporânea.

Ignorando as experiências históricas latinoamericanas, mesmo as mais recentes, a esquerda brasileira se aprestava a repetir muitos dos erros cometidos por aqueles que, na sua ânsia de romper com teorias e práticas esclerosadas, haviam tentado “tomar os céus de assalto”. A história se repetiria como tragédia.

A revolução na revolução de Régis Debray

“A teoria marxista da revolução brasileira, na qual, direta ou indiretamente, se inspiraria todo o pensamento político renovador brasileiro, se formulou em seus traços gerais e essenciais, na década de 20, em conjunto com a dos demais países coloniais ou semicoloniais e dependentes. Isto é, aqueles países e povos submetidos política ou economicamente, em maior ou menor grau, ao imperialismo. O baixo nível de desenvolvimento econômico desses países, bem como sua situação subordinada, os colocava naturalmente em posição especial que fazia impossível a assimilação pura e simples aos países de economia capitalista madura e altamente desenvolvida da Europa e dos Estados Unidos; como também aos países de desenvolvimento médio (Espanha, Portugal, países da Europa Oriental).

Presumiu-se então, simples presunção porque não se fundou ou inspirou em nenhuma análise rigorosa e séria dos fatos econômicos, sociais e políticos e verificados — que, não se encontrando naqueles países coloniais, semicoloniais ou dependentes (era entre estes últimos que se colocaram os países latino-americanos, incluindo o Brasil) um



desenvolvimento apreciável, eles se encontrariam, de acordo com o esquema geral adotado, em transição do feudalismo para o capitalismo. A sua etapa revolucionária seria, portanto, sempre do esquema consagrado, o da revolução “democrático-burguesa”, segundo o modelo leninista relativo à Rússia czarista, também país atrasado, do ponto de vista capitalista, e ainda emergindo dos remanescentes do feudalismo para o capitalismo. Naquele quadro tão fielmente decalcado sobre modelos estranhos e completamente distintos dos países cuja realidade se procurava interpretar revolucionariamente, introduziu-se um toque

original, isto é, o antiimperialismo. “Revolução agrária e antiimperialista”: eis o quadro em que se incluiria a conjuntura revolucionária desses países. “Antiimperialista” porque oposta à dominação das grandes potências capitalistas; “agrária” porque se tratava de superar a etapa “feudal” em que em maior ou menor grau, eles ainda se encontravam”.

“Não há dúvida que enquadrados no sistema geral do imperialismo, como atualmente se encontram, o progresso da economia brasileira, e em particular a elevação do seu nível tecnológico e de sua capacidade produtiva pela industrialização, se acham limitados e bitolados por interesses predominantemente estranhos ao país. Não há assim condições, para a nossa economia, de um desenvolvimento capaz de libertá-la das contingências coloniais herdadas do passado e que pesam extremamente sobre a grande maioria da população brasileira. (...)”

“Não há pois que esperar, como afirmam as teses clássicas e consagradas da revolução brasileira, a configuração de um setor burguês antiimperialista capaz, em conjunto e como categoria social caracteriza-

da, de fazer frente ao imperialismo e constituir uma força revolucionária. Nesse assunto estamos bem distanciados do que ocorreu e ainda vem ocorrendo nas colônias ou ex-colônias e dependências do imperialismo na Ásia e na África.

“Em suma, embora a burguesia brasileira, ou antes alguns de seus representantes possam individualmente entrar em conflito com a poderosa concorrência de empreendimentos estrangeiros, e esse conflito se traduza eventualmente em ressentimentos contra o capital estrangeiro, não se verificam na situação brasileira circunstâncias capazes de darem a tais conflitos um conteúdo de oposição radical e bem caracterizada, e muito menos de natureza política. A “burguesia nacional”, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente antiimperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil e não passa de mais de um destes mitos criados para justificar teorias preconcebidas; quando não pior, ou seja, para trazer, com fins políticos imediatistas a um correlato e igualmente mítico “capitalismo progressista”, o apoio das forças políticas populares e de esquerda”.

Na trilha do Che

De 1959 a 1967, os grandes lances na trajetória da esquerda latino-americana.

1959

janeiro — Guevara e Fidel entram em Havana à frente do Exército Rebelde.

outubro — APRA Rebelde desliga-se da APRA no Peru.

novembro — Breve aparição de guerrilhas no Paraguai.

dezembro — Guerrilhas peronistas em Tucumán.

1960

abril — Dissidência da Acción Democrática (partido populista venezuelano) se constitui como MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária)

setembro — Primeira declaração de Havana.

novembro — Guevara visita a China Popular.

Levante militar na Guatemala no qual participam os futuros dirigentes guerrilheiros Turcios Lima e Yon Sosa.

1961

outubro — Levantes em Caracas.

dezembro — Formação da Frente de Esquerda Revolucionária (FIR), no Peru, de orientação trotsquista.

1962

fevereiro — Segunda declaração de Havana.

Ações do MR-13 na cidade da Guatemala.

Abertura de várias frentes guerrilheiras na Venezuela.

março — breve aparição de guerrilhas no Equador.

maio — Depois do levante de Carupano, na Venezuela, o PCV e o MIR são ilegalizados.

junho — APRA Rebelde peruana se transforma em Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR). Levante militar em Puerto Cabello, na Venezuela.

dezembro — Fundação das Forças Armadas Revolucionárias (FAR) na Guatemala.

O Quarto Pleno do Partido Comunista Venezuelano apóia a estratégia de luta armada.

1963

fevereiro — Constituição das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) na Venezuela.

maio — Prisão de Hugo Blanco no Peru. Ele ficará preso durante oito anos.

agosto — Guerrilha do EGP, dirigida por Jorge Masetti, na região de Salta, Argentina. Masetti era muito ligado a Guevara.

1964

malo/junho — Começo do ataque à zona de Marquetalia pelo exército colombiano. Marulanda (“tiro Fijo”) constitui o Exército de Libertação Nacional.

novembro — Douglas Bravo elabora sua estratégia insurrecional na Venezuela.

dezembro — Reunião dos PCs latinoamericanos em Havana.

1965

março — O Partido Guatemalteco do Trabalho (PT) apóia a luta armada.

Camilo Torres publica na Colômbia sua “Plataforma por um Movimento Popular Unitário”.

abril — Guevara “desaparece” de Cuba.

O VII Pleno do Partido Comunista Venezuelano dá prioridade à luta legal.

junho — MIR peruano começa luta guerrilheira.

agosto — Fundação do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) do Chile.

outubro — Morte do dirigente revolucionário peruano Luis de la Puente Uceda.

dezembro — O padre Camilo Torres se engaja na guerrilha. Douglas Bravo e Fabricio Ojeda, depois de terem suas posições rejeitadas pelo PC da Venezuela criam um novo grupo guerrilheiro.

1966

janeiro — Conferência Tricontinental. Guillermo Lobatón, dirigente revolucionário peruano é morto.

fevereiro — O padre Camilo Torres é morto em combate.

abril — Criação das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas.

maio — Guevara discute secretamente com o dirigente do PC boliviano, Mario Monge. O PCB não apóia a guerrilha. Douglas Bravo expulso do PC venezuelano.

junho — Fabricio Ojeda preso e assassinado.

setembro — chegada de Régis Debray na Bolívia.

outubro — O dirigente guatemalteco Turcios Lima é morto.

1967

abril — A carta de Guevara “Conferência Tricontinental” é publicada.

agosto — Conferência da Organização Latinoamericana de Solidariedade em Havana.

Marighela está presente.

outubro — Assassinato de Guevara.

novembro — Régis Debray condenado a trinta anos de prisão por um tribunal boliviano.

Não-alinhados:

Sem unidade e sem bandeiras

Terminada a VIª Conferência dos países não-alinhados o saldo é bem pequeno. Como não poderia deixar de ser para um movimento que reúne várias espécies de gregos e de troianos

Por Eder Sader

Terminou afinal, sem pena nem glória, a VIª Conferência do bloco dos governos não-alinhados. Toda a imprensa, sob a batuta dos americanos, apresentou o evento sob a ótica da posição Fidel x Tito (o que, de todos modos já expressou a aceitação de uma polarização mais à esquerda).

É verdade que as grandes opções estiveram encarnadas nos chefes de governo de Cuba e da Iugoslávia; particularmente a proposta cubana de orientar os "não-alinhados" numa política anti-imperialista militante e a resposta iugoslava de preservar a unidade do bloco através de uma "equidistância" entre URSS e USA e a ênfase na coexistência pacífica e no princípio de auto-determinação dos povos. Dados os resultados finais — bem mais mornos — apresentou-se como vitoriosa a posição de Tito. Mas que vitória?

Crescimento e esvaziamento

Tito falou em nome de sua experiência como fundador do bloco dos não-alinhados e com a satisfação de vê-lo reunir 85 países, numa aparente mostra de extraordinária força. Na verdade, o crescimento numérico se fez a par com o esvaziamento político.

Porque o bloco dos "não alinhados" surgiu sob o impulso da luta anticolonialista. Entre os 25 governos que se reuniram na Iª conferência, em 1961, ressaltavam-se como líderes, Sukharno da Indonésia, Nehru da Índia, Nasser do Egito e Tito da Iugoslávia. Seu crescimento registrado na IIª conferência, 3 anos depois, foi expressão direta da adesão em massa dos Estados africanos que vinham de aceder à independência política. O símbolo das novas adesões foi a Argélia, cujo movimento de liberação havia sido ardentemente apoiado pelo bloco e cuja vitória vinha reforçá-lo. O bloco passara dos 25 para 47 membros. 6 anos depois já quase toda a África e a Ásia se faziam presentes, além de 15 países latino-americanos. Mas os próprios impasses da "terceira via" ("nem capitalista nem socialista") dos países africanos, do Egito, para não falar da tragédia indonésia, apontavam a perda de fôlego dos "não-alinhados".

A VIª conferência se faz após as vitórias na Indochina, após as vitórias das ex-colônias portuguesas, após a constituição da OPEP que para muitos seria signo de força do "terceiro mundo". E no entanto, ela se realizou sem unidade nem bandeiras.

Terceiro Mundo

Desde a IVª conferência, realizada em 1973 em Argel, vários de seus animadores, ao começar pelos anfitriões, quiseram pôr a ênfase do bloco numa cooperação econômica em face das políticas de comércio, financiamento e investimentos internacionais. Propugnava-se uma política de proteção dos preços das matérias-primas dos países subdesenvolvidos.

Nesse mesmo ano, explode nova guerra no Oriente Médio, com agressão israelense ao Egito, Síria e Jordânia. A resposta dos países "petroleiros" árabes, bloqueando a entrega do produto no mercado mundial e em seguida aumentando seus preços, foi recebida com regozijo na maioria dos governos dos países subdesenvolvidos. A decepção veio em seguida.

Em 1974, dos 75 bilhões de dólares provenientes da exportação de petróleo, apenas 3 foram utilizados na ajuda aos países subdesenvolvidos. Muito mais foi aplicado em ações, compra de hotéis e terrenos nas metrópoles imperialistas. Assim, enquanto na crise mundial os países exportadores de petróleo tiveram sua posição relativa melhorada, para os demais países da periferia a situação só tendeu a se agravar.

A trama dos negócios revelava, por detrás das proclamações pomposas, por onde passavam os laços reais da cooperação.

A ala combativa

Mas também não podemos deixar de constatar uma crise do lado dos governos mais claramente anti-imperialistas e que empreendem a via socialista. Basta lembrar que no início dos anos 60, a China, sem fazer parte dos "não-alinhados", exercia uma influência inegável entre eles e sobre todos os movimentos de libertação nacional. Mas afinal, sua própria política dos "3 mundos", que deveria abrir-lhes as portas da liderança do "3º", enterrou seu antigo prestígio. As alianças sem princípios com Mobutu, o xá do Irã e cia, terminaram fazendo com que os dirigentes chineses ficassem relegados a um total isolamento.

Quanto aos cubanos, a verdade é que sua dependência econômica em relação aos soviéticos limita sua projeção internacional. Além disso, se seu apoio à emancipação das ex-colônias portuguesas, teve um impacto positivo no continente negro, já os compromissos com Mengitsu no momento da ofensiva contra a guerrilha eritríia, provocaram reações opostas.

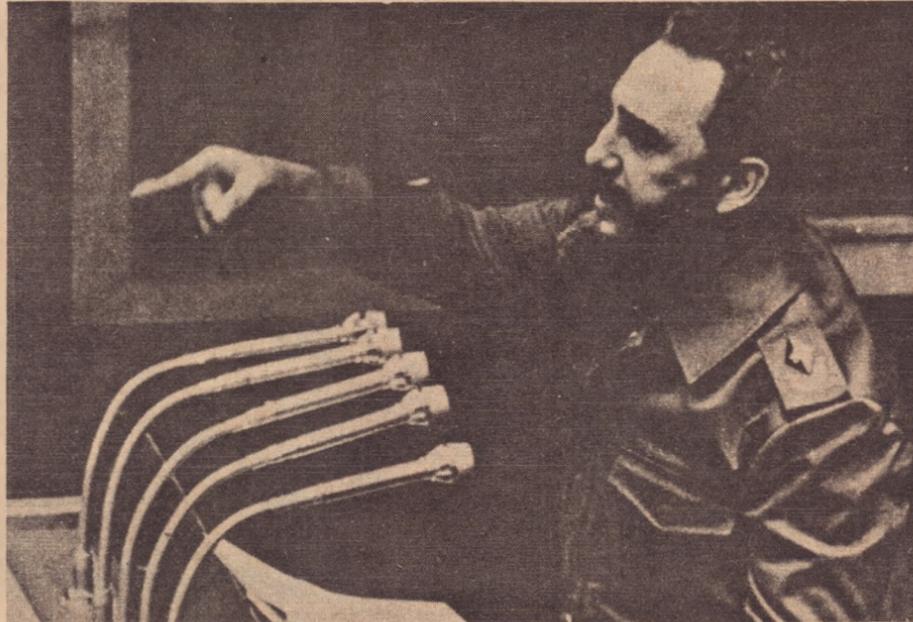
Finalmente, os horrores do "socialismo de Pol Pot" no Camboja e a invasão deste por tropas do

Vietnã (e a posterior invasão do Vietnã pela China) aprofundaram ao máximo a crise entre os países socialistas. E foi com base nisso que os diplomatas americanos presentes como observadores na conferência, atuaram aberta e descaradamente para sabotar as iniciativas desses que, de algum modo, procuram dar ao "terceiro mundo" uma conotação anti-imperialista militante; Cuba, Vietnam, Moçambique, Nicarágua, Argélia, a OLP... E seu alvo preferido foi evidentemente a ilha socialista das Américas.

O que restou?

Falar que prevaleceu a linha da "equidistância" entre os blocos não diz nada. A imprensa falou muito que os "não-alinhados" recusaram a "aliança natural" com a URSS. Mas o mais importante é o que adotaram no lugar. Ou melhor: o que não adotaram.

A Argélia voltou a propor mecanismos de favorecimento no fornecimento de petróleo aos países não alinhados. Foi apenas uma proclamação. O Egito, que se desolidarizou dos palestinos e outros países árabes, assinando paz em separado com Israel, continua em seu lugar. E os países latino-americanos que aprovaram a extinção do tratado de "assistência militar" com os EUA irão dar alguma consequência a isso? Se o fizerem, certamente não será por causa dessa conferência.



Fidel não conseguiu a hegemonia

A nova batalha do Vietnã:

O imperialismo tenta a sua revanche

O terrível problema dos refugiados da Indochina (os «boat people») é fundamentalmente de responsabilidade do imperialismo americano.

A luta heróica do povo vietnamita contra o imperialismo americano, e sua posterior vitória, conseguiram uma simpatia indiscutível na opinião pública mundial. Essa foi, é bom lembrar, uma das razões de seu sucesso; o governo dos EUA foi impedido de intensificar sua intervenção (o que seria necessário para sustar a vitória Vietcong) diante de um vasto movimento em seu próprio país.

Essa simpatia já não é a mesma. A revolução vietnamita vive problemas enormes; os conflitos militares entre Estados operários desorientaram muita gente.

A solidariedade internacional entrou em refluxo. O artigo abaixo, transito da INPRECOR nº 58 discute o problema mais candente do Sudeste Asiático: o dos refugiados. Sua conclusão é de que o apoio à revolução indochinesa é mais necessário que nunca.

O imperialismo travou, durante 30 anos, uma guerra de destruição implacável contra a revolução indochinesa. O imperialismo dos EUA sofreu na libertação de Saigon em abril de 1975 uma grande derrota histórica. O alcance considerável desta vitória dos trabalhadores e das massas exploradas de todo o mundo está longe de ter esgotado seus efeitos. É por isso que os governos imperialistas, e em primeiro lugar o governo dos EUA, multiplicam as manobras militares, econômicas, diplomáticas e ideológicas contra a revolução indochinesa.

É neste quadro que a imprensa burguesa internacional e seus governos lançaram sua vasta ofensiva da propaganda contra-revolucionária em torno daqueles que eles chamam os «boat people».

Há várias centenas de milhares de refugiados no Sudeste Asiático cuja enorme maioria preferiu emigrar a se ligar às consideráveis tarefas de reconstrução e edificação do socialismo. Esta emigração massiva, au-



«Boat people» à espera de um destino

torizada pelo governo vietnamita, acelerou-se brutalmente depois da nacionalização do conjunto da economia no início de 1978. Como contaram jornalistas americanos, pouco suspeitos de simpatia com relação ao socialismo, que visitaram os campos de refugiados, trata-se sobretudo de pequenos proprietários, de lojistas, de antigos funcionários do regime fantoche, de antigos soldados do exército fantoche, de médicos, etc. Eles viviam das migalhas deixadas pela administração militar americana e pelo regime corrompido de Saigon antes da libertação; e eles viram, depois dela, seu nível de vida decair para igualar-se ao da população trabalhadora. A enorme maioria dos refugiados são pequenos-burgueses, hostis ao socialismo, que preferem emigrar mesmo perdendo tudo.

A denúncia, pelos governos e a imprensa imperialista, da «burocratização» e da «corrupção» do regime vietnamita não tem o objetivo de ajudar as massas vietnamitas a resolver seus problemas, o que apenas elas podem fazer. Para o imperialismo trata-se de mascarar por este meio seu verdadeiro objetivo: o en-

fraquecimento, senão a destruição do Estado operário do Vietnã. A chantagem sobre a ajuda econômica, realizada pelos governos imperialistas, e em particular pelo governo francês, demonstra claramente seu fim.

A situação econômica na península indochinesa é dramática.

Serão necessários decênios para pagar os traços da guerra mais destruidora da história, travada durante dez anos pelo imperialismo americano. Cinquenta milhões de vietnamitas estão engajados na reconstrução, ao mesmo tempo em que devem, diante das ameaças imperialistas, manter uma força militar cara demais. A miséria é ainda a vida cotidiana das massas indochinesas. É nesta situação que centenas de milhares de refugiados afluíram no Sudeste Asiático. Sua situação é atualmente desumana. Encorajados pelos seus senhores imperialistas, os governos da Malásia, da Tailândia, da Indonésia recusam-se a acolhê-los e planejam, com a benção da imprensa burguesa internacional, sua expulsão.

Eles seguem a política do governo americano que recusou a proposta do governo vietnamita de janeiro

último de organizar internacionalmente por avião a emigração dos refugiados para os países de sua escolha. O cálculo cínico do imperialismo é de deixar que se acumulem nos campos centenas de milhares de refugiados para em seguida acusar o governo vietnamita de engendrar a miséria (o que está sendo feito agora). O imperialismo americano espera assim, fazer esquecer o genocídio que ele perpetró durante anos.

No lugar de ajudar a reconstrução do que ele destruiu, o governo americano redobra seus ataques contra as massas vietnamitas e a revolução indochinesa. Estabeleceu um orçamento anual de ajuda aos refugiados que representa menos da metade das despesas semanais de guerra de 1968/1969! De seu lado, o governo francês, herdeiro dos colonos franceses expulsos depois da vitória de Dien-Bien-Phu em 1954, faz soar as trombetas da solidariedade «humanitária» para acolher alguns milhares de refugiados, e ao mesmo tempo expulsa os trabalhadores imigrados para devolvê-los à miséria de seus países de origem. Para ele também a situação dramática dos refugiados é apenas o pretexto para uma vasta operação de propaganda contra-revolucionária.

A necessidade de assegurar condições de vida decentes para os 300 000 refugiados, o que lhes recusa os governos fantoches do imperialismo no Sudeste Asiático, não deve prevalecer sobre a exigência de ajuda econômica indispensável ao conjunto da população indochinesa; sobre a exigências da retirada das tropas imperialistas de todo o Sudeste Asiático; sobre a supressão da ajuda à ditadura tailandesa, às «guerrilhas» fantoches do Laos e do Camboja, e a todos os regimes através dos quais o imperialismo mantém sua presença militar e econômica da Ásia do Sudeste; sobre a solidariedade internacional à revolução indochinesa!

Itália



Um país ingovernável

Decididamente, a Itália tornou-se um país difícil de governar desde o «outono quente» de 1969 (um enorme ascenso de lutas operárias, com grandes greves, comissões de fábricas, etc). Depois de uma crise ministerial que durou vários meses, conseguiu um gabinete que sobrevive precariamente graças à abstenção dos socialistas. O grande burguês, a Democracia Cristã, está dividido quanto a qual estratégia adotar no relacionamento com o PC. O próprio PC, o maior fora dos países ditos socialistas, sofreu este ano seu primeiro recuo eleitoral e não logrou seu objetivo de entrar no governo parz dividir com a DC a gestão do capitalismo italiano e os esforços para reativá-lo. Berlinguer tomou recentemente duas iniciativas: publicou um artigo onde aprofunda a proposta de colaboração com o capitalismo (o chamado «compromisso histórico») e visitou a URSS, reaproximando-se ligeiramente da linha oficial soviética. Se a primeira iniciativa ajuda seu objetivo de ser aceito no governo, a segunda, embora igualmente conservadora (pois se opõe ao combate às burocracias «socialistas»), cria novas dificuldades, o que foi comentado pela imprensa italiana.

O pano de fundo desta crise é o novo ascenso do movimento operário, que luta para recompor seu poder aquisitivo. Sensível desde o início do ano (que nos cinco primeiros meses registrou 78 milhões de horas de greves contra 34 milhões em 1977), teve um grande impulso desde meados de junho. O governo fizera um cálculo errado: que o recuo eleitoral do PC em 3 e 4 de junho facilitaria uma investida contra o movimento operário, a imposição de uma política de «austeridade». Ocorreu o contrário: a desilusão quanto a uma saída parlamentar obrigou o movimento a confiar mais no terreno das lutas sociais. Sua maior debilidade, entretanto, é justamente não contar com uma alternativa política global.

Notável nestas lutas é a grande presença das mulheres, que agitam palavras de ordem próprias como: «somos as primeiras a ser demitidas por isso somos as mais enfurecidas»; «trabalhar menos para fazer mais amor»; família, trabalho, sexualidade, mudemos esta sociedade». (J. Machado)

Angola

A difícil sucessão

Morreu Agostinho Neto, um dos mais combativos líderes africanos na luta contra o imperialismo. Essa morte significa o desaparecimento de uma figura carismática para onde convergiam os apelos de unidade angolana, e carisma é algo difícil de ser criado ou substituído. Assim está dado o primeiro momento da crise institucional que o país irá atravessar, o problema da sucessão daquele que foi o Presidente de Honra do MPLA desde a sua fundação, e que era respeitado por amigos e inimigos.

A questão se agrava com a conjuntura criada depois da tentativa de golpe frustrada de Nito Alves e Jacob Caetano. Os dois eram os únicos dentro do quadro do MPLA que possuíam arremedo de liderança nacional, mas seduzidos (ao que parece, - a questão ainda não está esclarecida) pela cantilena dos assessores russos, tentaram antecipar a sucessão de Neto e forçar um alinhamento mais explícito com Moscou com o golpe que resultou na dizimação dos quadros mais a esquerda do movimento. Depois da tentativa, Agostinho Neto empreendeu uma política de centralização do poder em suas mãos, desde o militar até a educação e a propaganda, o que torna ainda mais traumática sua substituição.

Daí aparecer a possibilidade da criação de alguma forma de governo colegiado dos homens do aparelho, onde destacam-se Lucio Lara e o ministro da defesa Iko Carreira. A consolidação de qualquer um dos dois como o sucessor do poder de Agostinho Neto aparece problemática além de tudo por suas características raciais - ambos são mulatos claros num país africano recém libertado do colonialismo. (R. Grun)

Malásia

Justificando a intervenção

Aqueles que denunciam as atrocidades contra os «boat people» costumam esquecer a situação dos países do Sudeste Asiático que fazem parte do «mundo livre». Por exemplo, de um país como a Malásia. O último relatório da Anistia Internacional chama esse país de «Gulag tropical». Ele convive já há dez anos com um forte movimento de guerrilhas, e o Exército, apesar de todos os desmandos cometidos, tem sido incapaz de dominar a situação, especialmente na zona montanhosa. A situação só se mantém com uma enorme ajuda americana, mas que é cada mais insuficiente. E isto talvez explique pelo menos parte da onda feita em torno dos refugiados vietnamitas: associar o movimento guerrilheiro aos «sanguinários» vizinhos cambojanos e vietnamitas pode ser a maneira de justificar uma intervenção maciça, cada vez mais necessária. (R. Grun).



Exército malasiano: aprendendo a diferenciar inimigos.



Não aceitamos o controle burocrático de nossas assembléias!

Um acidente de percurso na luta pelo Socialismo

Caros amigos,

Tenho a tristeza de anunciar o meu afastamento do jornal, após ano e meio de ingloria participação. Quando aceitei a tarefa de coordenar o trabalho de correspondência e de distribuição do EM TEMPO na Europa, tinha a esperança de contribuir para a consolidação de uma imprensa que subsidiasse o desenvolvimento e a articulação das forças sociais capazes de conduzir até o fim a luta pela democracia e que não se transformasse em veículo de expressão de uma tendência particular da oposição ao regime. Por considerar que a atual evolução do jornal não se inscreve numa espécie de fatalidade inerente ao jornalismo militante, tenho a certeza de que o compromisso que assumi com o projeto inicial de EM TEMPO ia além de uma mera ilusão.

Procurando adequar o jornal à nova conjuntura nacional, o CEA aprovou, no último dia 12 de agosto, uma modificação de fundo no programa político editorial. O papel do jornal passa a ser oficialmente o de subsidiar a construção de uma «frente dos trabalhadores contra a ditadura e o capitalismo» entendida como uma frente classista», conforme os itens 3 a 4 do texto publicado no nº 77 do jornal. Essa decisão de estreitar a Frente Jornalística aos indivíduos que se inscrevem nessa perspectiva política repousa, de um lado, no velho equívoco de que todos os trabalhadores formam uma só classe social e, de outro, numa avaliação bastante discutível da atual situação política brasileira.

Confiando em nossa mútua capacidade de transformar essa discordância num simples acidente de percurso na luta pela Democracia Socialista, envio as mais sinceras saudações a toda a equipe de EM TEMPO. A vitória será difícil mas será nossa.

José Veiga, Paris, setembro de 1979

Caro Zé,

Lamentamos profundamente a sua decisão em «caráter irrevogável» segundo nos disse por telefone. Consideramos seu afastamento uma grande perda para o jornal e para a Frente Jornalística. Assim, só podemos endossar o último parágrafo de sua carta e agradecer a enorme contribuição que você deu até hoje para que o EM TEMPO fosse possível.

Um grande abraço.

Leia e assinie

COMPANHEIRO

Uma imprensa que luta contra a ditadura e a exploração

Rua Itapeva, 28 — Bela Vista — CEP 01332 — São Paulo

Nome: _____

Endereço: _____ Cep: _____ Estado _____

Bairro: _____ Profissão: _____ Cidade: _____

EM TEMPO

Rua Mathews Gross, 57 - Pinheiros - São Paulo - CEP 05415 - Telefones: 5804-89 e 85-6080
CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO:
 Eder Sader (presidente) Aloísio Marques, Antônio Helder, Antônio Jorge, Carlos Tiburcio, Flávio Aguiar, Flávia Andrade F. Pereira, João Batista dos Anjos, Genu, José Luiz Sader, Marco Lio Beraba, Marco Antônio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Ayres, Sérgio All, Tom Duarte, (suplentes) Luci Avalla, Marisa Araripe, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes
DIRETORIA:
 Flávia Andrade (presidente) Carlos Tiburcio, José Luiz Sader, Marco Antônio Garcia, Robinson Ayres

EDITOR-CHEFE:
 Carlos Tiburcio
SECRETÁRIO DE REDAÇÃO:
 Robinson Ayres
DIRETOR RESPONSÁVEL:
 Robinson Ayres
REDAÇÃO: E. Pereira, Antonina, Silveira, Flávia Andrade, Sérgio All, Flávia Oliveira, Maria Cândida, Nelson Fracalossi, Eder Sader, Marco Antônio Garcia, Tom Duarte, Guido Mantega, Vilma Amaro, João Machado, Olegária Matos, Elisabeth Lobo, Roberto Grun, Virginia Pinheiro, Isobel Rizzo de Oliveira, Flávia Aguiar
ARTE, DIAGRAMAÇÃO E SEGRAFIA GRAFICA: Paulo Roberto, M. Borges, Sérgio Papp, Ilustração: Stan Martinez, Cidinho, Clau-

dio Natal, Belo Maringoni, Nilson e G.M.D., Fotos: Jesus Carlos, Emanoel Rodrigues, Magos Gomes, Valmir Menezes, Joaquim Soriano, Flávia, José Coutinho, Luciana, Marcelo Beraba, Salvador: OA, Joana Angélica, 018-11 andar - Sala 141 Adelson Oliveira, João Henrique, Antônio Jorge, Antônio Dias, Antônio Helder, Emílio José, Dalton Godinho, Lina Maria
EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo Guimarães, 1984 - Lourdes, Belo Horizonte - Telefone 35.7773. Distribuidora: Superbanca Ltda. R. C. Baldino do Amaral, 42-RJ. Composição e Impressão: Empresa Jornalística M. A. Ltda. Av. Liberdade, 714, São Paulo - SP - Fone: 258-9010

Comissão Executiva Nacional dos Movimentos de Anistia Belo Horizonte, 9/9/1979

Porque ao contrário do que disse ao Jornal do Brasil o Sr. Delegado Regional do Trabalho, as greves não têm trazido prejuízos aos trabalhadores e ao movimento sindical mas sim vitórias e experiências, nos tornando cada vez mais fortes.

Oposição Sindical Metalúrgica de Volta Redonda
 rua 4, nº 205 - Bairro do Conforto

Nova programação para a Anistia

Declaração de Belo Horizonte

Reunida em Belo Horizonte nos dias 8 e 9 de Setembro, a Comissão Executiva dos Movimentos de Anistia, procedendo a uma avaliação política da campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e da aprovação do projeto de anistia parcial do Governo considera que:

a) as inequívocas manifestações da opinião pública nacional contrárias ao projeto do Governo demonstraram corretas as posições assumidas pelos Movimentos de Anistia em sua luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita;

b) os resultados da votação no Congresso Nacional provaram que a pressão popular, quando corretamente conduzida, é capaz de obrigar o Governo a recuos políticos até em seu próprio terreno;

c) a parcialidade e a injustiça contidas no projeto do Governo incorporaram à luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita novas e importantes forças, como significativos setores democráticos e populares, dirigentes e líderes sindicais e trabalhadores das mais diversas categorias.

Com base nessa avaliação e na análise do momento político presente, a Comissão Executiva Nacional estabeleceu suas linhas de ação para o futuro imediato, definindo cinco principais eixos de luta: 1) continuar a luta em defesa dos que não foram anistiados, intensificando as campanhas pela libertação dos presos políticos, pela volta de todos os exilados e pela reintegração de todos os trabalhadores que foram afastados de seus empregos por razões políticas; 2) acompanhar a aplicação da lei de anistia restrita e discriminatória aprovada, garantindo a reanistia dos direitos daqueles que nela foram incluídos; 3) intensificar a campanha de esclarecimento de mortes e desaparecimentos, estimulando as ações de responsabilização criminal do Estado e de seus agentes, pelas prisões ilegais, torturas e assassinatos; 4) intensificar o combate aos aparelhos de repressão do regime e a todas as leis repressivas, denunciando, em especial, a Lei de Segurança Nacional e exigindo sua revogação; 5) intensificar a vinculação das lutas pela anistia ampla, geral e irrestrita às lutas dos setores e movimentos populares e democráticos.

Como decorrência do estabelecimento desses eixos de luta, a Comissão Executiva Nacional programou diversas atividades para os próximos meses, destacando-se o DIA NACIONAL DE LUTO (18/9) e o lançamento do Prêmio Vladimir Herzog para as melhores publicações sobre ANISTIA E DIREITOS HUMANOS, a ser realizado em São Paulo no dia 25 de Outubro, DIA NACIONAL DOS MORTOS E DESAPARECIDOS PELA REPRESSÃO POLITICA. A Comissão Executiva Nacional também aprovou Salvador, Ba. como sede do II Congresso Nacional pela Anistia nos dias 1, 2, 3 e 4 de Novembro (...)

Cinco chapas nas eleições

A reunião do Conselho de Entidades Gerais da CONEG - da União Nacional dos Trabalhadores, nos últimos dias 8 e 9, marcou o início da campanha eleitoral para a primeira diretoria desde a reconstrução da UNE, no Congresso de Salvador, em maio último. Cerca de trezentas pessoas, representando mais de 50 entidades estudantis entre DCEs, UMEs e UEEs decidiram o regimento eleitoral da UNE e participaram da apresentação das cinco chapas que vão disputar a diretoria da entidade máxima dos estudantes.

Desde a sexta-feira, dia 7, os salões e corredores da Universidade Católica de São Paulo já fervilhavam, pois vários grupos estudantis, aproveitando o feriado, realizavam ali as suas chamadas "convenções" para o acerto final das chapas que seriam apresentadas ao CONEG.

No sábado, dia 8, enquanto o estudante Cajá de Pernambuco, fazia o discurso de abertura do CONEG, os blocos de grupos e tendências estudantis já estavam configurados, mas a disputa pelos cargos no interior desses blocos, deixava aberta a possibilidade de algumas mudanças. A única tendência que já havia se definido era a "Liberdade e Luta", que resolveu sair sozinha a sua única dúvida era quem lançar como candidato à presidência da UME.

As composições finais:

No bloco da "corrente socialista", que vai concorrer com o nome de **Novação** e que é formada pelas tendências Centelha, Resistência-Organizando, Convergência Socialista, Travessia e Peleia a disputa era entre a Resistência e a Convergência Socialista pelo cargo de vice-presidência nacional, o que poderia levar o bloco a se "rachar", com alguma das tendências se lançando sozinha.

Enquanto isso, o bloco da chapa **Mutirão**, formado por Caminhando, Refazendo e Correnteza, já praticamente definido, apostava no possível rompimento de Resistência com o bloco da **Novação** para lhe propor uma composição.

Do lado da Reforma e da Frente Popular as negociações estavam praticamente no marco zero. A única definição é que a chamada direita não comporia com essas duas tendências. A disputa entre a Reforma e a Frente Popular pelos cargos da chapa **Unidade** estava de tal forma acirrada que o comentário mais frequente no plenário do CONEG era o possível rompimento entre as duas, o que acarretaria também no fim da frente que ambas haviam feito para concorrer ao DCE da USP, para o qual já haviam até sido feitas 20 mil cartas-programa.

No domingo, enquanto o CONEG decidia o regimento eleitoral da UNE, as composições praticamente se acertavam. Os únicos que não conseguiram chegar a um ponto comum era a Frente Popular e a Reforma. Foi por isso que eles propuseram, ao final da discussão do regimento que, ao invés de se fazer a apresentação das chapas, que era a proposta da mesa, formada pela diretoria provisória da UNE, se procedesse à discussão das lutas a serem encaminhadas contra o ensino pago. As propostas foram votadas e o CONEG optou por proceder à apresentação das chapas.

Novação: pelo partido dos trabalhadores

A primeira chapa a se apresentar foi **Novação**, uma frente que tem como candidato a presidente Eduardo Albuquerque, Duda, diretor do DCE da UFMG, da Centelha, grupo que ficou com mais três cargos na chapa. O candidato a vice-presidente é Guto, da UFRJ, que participa do grupo Resistência, que ficou com mais dois cargos na chapa. Fernando Pelegrini, da Convergência Socialista, ficou com o cargo de secretário-geral. A Convergência tem no total cinco cargos na chapa. Além desses, apoiam a frente diversos outros grupos menores, entre os quais a Travessia, que ficou com dois cargos na chapa. Participa também da **Novação** um estudante do Pará, próximo da Convergência Socialista.

Segundo os líderes de **Novação**, ela é uma frente de "uma série de grupos que se preocupam em formar uma corrente que desde já se coloque ao lado dos trabalhadores na luta contra a opressão e a exploração capitalista". **Novação** defende a necessidade de se criar um polo socialista no movimento estudantil. Isso se concretiza, segundo ela, em seu programa, onde defende a luta contra o ensino pago, por currículos voltados para os interesses da maioria da população, pela gestão democrática da universidade por professores, funcionários e estudantes. Ainda no plano da universidade **Novação** defende que "diante do fantasma do



O que divide e quem leva

Na reunião do Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE no último dia 8 e 9, inscreveram-se 5 chapas para as eleições que serão realizadas nos dias 3 e 4 de outubro.

Por Sérgio Allí

desemprego, que hoje é dos mais graves problemas levantados pela crise da formação superior" os estudantes lutem pela garantia de emprego para todos e pela redução da jornada de trabalho sem redução do salário.

A chapa se define também pelo fim do regime militar e por um governo dos trabalhadores, se propondo a apoiar decididamente as iniciativas de construção de um Partido dos Trabalhadores e de construção de uma Central Única dos Trabalhadores.

As lideranças da **Novação** consideram difícil a possibilidade de vitória. Mas avaliam que "em virtude do programa mais colado à conjuntura de ascensão dos trabalhadores, a disputa pelo segundo lugar será forte". Contudo, o mais provável é que ela fique em terceiro lugar podendo ser prejudicada tanto pelo fato de seus 15 candidatos representarem apenas 8 estados, como pela maior implantação e poder econômico de sua concorrente pela segunda colocação, a **Unidade**. A chapa tem grandes chances de ser vitoriosa em Minas e deverá ter boa votação no Rio de Janeiro, interior de São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

Além disto os grupos que participam da chapa deverão crescer nesta campanha, au-

mentando assim sua expressão no movimento estudantil a nível nacional.

Mutirão: a provável vencedora

A chapa **Mutirão**, a mais provável vencedora das eleições da UNE, tem como candidato à presidência Rui César, presidente do DCE da UFBA e liderança da Caminhando, grupo que tem sete membros na chapa. O candidato à vice-presidente é Marceio Barbieri, ex-diretor da UEE-SP e membro da Refazendo, tendência que tem cinco estudantes na chapa. Participa também da chapa **Mutirão**, com três membros, o grupo Correnteza, que tem grande expressão no nordeste e é apoiado por Edval Nunes, o Cajá.

Mutirão defende a luta pelo ensino público e gratuito pra todos, a anistia ao crédito educativo e sua transformação em bolsa não reembolsável. Propõe um debate nacional para a formulação de um projeto alternativo para a universidade e defende eleições diretas para todos

A democracia das eleições

O regimento das primeiras eleições de diretoria da União Nacional dos Estudantes, aprovada no último domingo pelo Conselho Nacional das Entidades Gerais, teve como resultado a garantia de dois objetivos: obstaculizar a influência do poder econômico nas eleições e garantir a sua realização de forma democrática.

De acordo com o regimento fica proibida a propaganda eleitoral através de meios de comunicação de massa (televisão, rádio e jornais) a não ser que a diretoria provisória da UNE consiga espaço equivalente para todas as chapas em qualquer desses veículos. Ficou proibida também a realização de shows e festas gratuitas para promoção das chapas.

O CONEG decidiu que de material gráfico

cada chapa somente poderá apresentar uma carta-programa e um cartaz. Cartazes, faixas e panfletos que não impliquem em utilização de gráficas e sejam feitos exclusivamente pelas bases estudantis das chapas estão liberados. Cada chapa deverá apresentar, cinco dias antes das eleições, um relatório de seus gastos com comprovação.

Ficou decidido que as urnas somente poderão ser abertas se tiverem a correspondente lista dos alunos matriculados na escola. Além disso as urnas serão fixas. Essa última decisão foi tomada em virtude da experiência da eleição da UEE São Paulo, quando a chapa **Chegou a Hora** que apoia **Unidade**, passou com as urnas nas salas de algumas escolas, aumentando artificialmente sua votação. (S.A.)

os cargos da universidade.

A chapa defende também a necessidade da construção de um partido de todos os oprimidos e explorados na luta contra a ditadura e considera as articulações pró-Partido dos Trabalhadores a principal vertente desse partido, mas acha necessário que sua composição social seja ampliada. Esta ampliação, contudo, principalmente pelo lado da Caminhando, não é de todo clara nos seus limites, configurando assim algumas ambiguidades quanto ao caráter mais ou menos classista deste partido.

Mutirão ressalva, porém que, de acordo com a sua visão, a UNE não deve se filiar nem incentivar a filiação dos estudantes a nenhum partido político. Se propõe apenas, enquanto diretoria, a levar o debate sobre partidos às bases e a defender sua posição. Também defende o apoio à luta pela liberdade sindical e pela formação da central única dos trabalhadores. Considera que o movimento estudantil deve se posicionar em irrestrito apoio às lutas dos trabalhadores, inclusive contribuindo ativamente, por exemplo, para os fundos de greve.

Mutirão, que conta com o apoio de Voz Ativa a chapa vencedora das recentes eleições da UEE-SP, tem em sua chapa candidatos de onze estados e deverá ter grande votação em São

Liberdade e luta: por uma UNE sindical

Liberdade e Luta e a chapa da chamada "direita", que vai concorrer com o nome de **Unidade**, deverão brigar entre si para tentar ar do último lugar nas eleições. **Liberdade e Luta** tem como candidato à presidência Josimar Moreira, atual diretor da DCE e da USP, e traz como eixo único em sua plataforma a luta contra a ditadura. E contra o MDB, o PP e o PT. Considera a UNE uma entidade sindical, e por isso não apresenta um programa político como fazem as outras chapas. Acha que a diretoria da UNE deve apenas ter propostas de luta e de organização dos estudantes.

Maioria: na verdade minoria

Maioria, a chapa da chamada "direita", apesar de seu programa, onde afirma defender a democracia e ser contra o general Figueiredo, deverá encontrar receptividade muito pequena entre os estudantes pelo fato de não participar das lutas do movimento estudantil. Na reunião do CONEG comentava-se que a chapa **Maioria** teria recebido 4 milhões de cruzeiros do banqueiro Olavo Setúbal, fruto de uma "vaquinha" entre os empresários paulistas. O candidato a presidente pela chapa, Marcos Paulino, atual presidente do CA XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP, desmentiu a história dos 4 milhões e, achando engraçado, disse: "Quem me dera..."

Unidade: à luta de muito conchavo

A chapa **Unidade** foi a última a se apresentar na reunião do CONEG e as tendências que a compõe, a Reforma e a Frente Popular, só conseguiram chegar com um acordo quando negociaram também a manutenção da composição entre elas nas eleições do DCE da USP e da chapa que vai concorrer à UEE do Rio de Janeiro. Essa negociação foi violentamente criticada pelas outras tendências, que a consideraram um "repugnante conchavo de cúpula". Graças a essa negociação a Reforma ficou com maioria na chapa do DCE da USP, na chapa da UEE-RJ e também no da UNE. Em troca a Frente Popular pode colocar Paulo Massoca como candidato à presidência da UNE pela **Unidade**.

Massoca, apesar da louvação que recebe de seus colegas da Frente Popular, é bastante desgastado no movimento estudantil pelo seu estrelismo. No Congresso de Reconstrução da UNE, em Salvador, ele foi vaiado várias vezes, pois insistia em se colocar como candidato à presidência e queria que o Congresso elegeisse a diretoria definitiva da UNE, contra o que se colocava a maioria dos delegados.

A chapa **Unidade** concentra a luta contra o ensino pago, por mais verbas para a educação e defende a filiação de todos ao MDB para transformá-lo num partido popular. Considera a proposta de um Partido dos Trabalhadores "esquerdista e restrita". **Unidade** é a única chapa que pode ameaçar diretamente a vitória da chapa **Mutirão**, mas quase todas as previsões a colocam na disputa pelo segundo lugar.